



UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE

DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VITOR PACHECO DE ARAUJO

**A EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO DOS JOVENS NO BRASIL E NO NORDESTE
ENTRE 2012 E 2020**

FORTALEZA

2021

VITOR PACHECO DE ARAUJO

A EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO DOS JOVENS NO BRASIL E NO NORDESTE
ENTRE 2012 E 2020

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Ceará para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Inez Silvia Batista Castro

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A692e Araujo, Vitor Pacheco de.

A evolução do desemprego dos jovens no brasil e no nordeste entre 2012 e 2020 / Vitor Pacheco de Araujo. – 2021.

59 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Inez Silvia Batista Castro.

1. Desemprego. 2. Juventude. 3. Brasil. 4. Nordeste. I. Título.

CDD 330

VITOR PACHECO DE ARAUJO

A EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO DOS JOVENS NO BRASIL E NO NORDESTE
ENTRE 2012 E 2020

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Inez Silvia Batista Castro (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Me. Alfredo José Pessoa de Oliveira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Jacqueline Franco Cavalcante
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo suporte emocional e financeiro, além dos incentivos e dedicação ao longo desses anos.

Agradeço a Prof. Dra. Inez Silvia Batista Castro, pela excelente orientação e apoio nesse processo deste trabalho.

Gostaria de agradecer à banca examinadora deste trabalho pelos comentários e avaliações pertinentes sobre o tema.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos do curso, como Pamella Nogueira, Flaira Goes, Yuri Rodrigues, Yuri Timbó, Rafaela Acácia e Victor Felix.

Deixo também registrado aos amigos de Centro Acadêmico que pelo convívio e atuação na representação discente me trouxe grandes experiências e contatos com toda a comunidade acadêmica, entre eles João Bosco, José Carlos, Sadi Paraguassu, Pedro Antônio, Vitória Daphny, Luis Haroldo. Além de tudo, devo agradecer ao corpo discente como um todo, ao tempo que dediquei e à gratidão que eu tive em auxiliar ao longo desse tempo no convívio e na vida acadêmica em uma universidade pública.

Agradeço também aos amigos de longas datas do ensino médio como Pedro Holanda, Yasmin Prado e Gabriela Lobo. Além dos amigos que encontrei na universidade federal como Oscar Sousa, Adamos Castro, Olavo Borges e Daniel Garcia.

“Um homem disposto a trabalhar, e incapaz de encontrar trabalho, talvez seja a visão mais triste que a desigualdade da fortuna expõe sob o sol.”

— Thomas Carlyle

RESUMO

A presente pesquisa propôs descrever e analisar as condições de trabalho do jovem de 15 a 29 anos no Brasil e no Nordeste. As questões abordadas dizem respeito à problemática da inserção ocupacional do jovem nas duas regiões. Essa inserção representa a experiência do primeiro emprego e, de maneira geral, é marcada pela precariedade salarial e a alta taxa de rotatividade no trabalho, e mais fortemente a informalidade e precariedade do trabalho juvenil. O trabalho se deu na pesquisa descritiva quantitativa e qualitativa com análise de dados através de estatística descritiva dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral do IBGE. A pesquisa demonstrou um aumento do desemprego juvenil em todos os grupos analisados no período abordado na pesquisa, em consonância com a crise econômica no biênio de 2015 e 2016, além de uma inserção profissional mais focada na informalidade e trabalho por conta própria, sendo assim, a pesquisa conclui que o nível de educação mais elevado contribui para empregos mais qualificados e produtivos, mesmo tendo uma duração maior da transição da escola para o trabalho, sendo necessário o avanço na qualificação dos jovens.

Palavras-chave: Desemprego; Juventude; Brasil; Nordeste.

ABSTRACT

The present research proposed to describe and analyze the working conditions of young people aged 15 to 29 years in Brazil and in the Northeast. The issues addressed concern the issue of occupational insertion of young people in both regions. This insertion represents the of the first job and, in general, it is marked by precarious wages and the high rate of job turnover, and more strongly the informality and precariousness of youth work. This research was carried out in quantitative and qualitative descriptive research with data analysis through descriptive statistics of microdata from the IBGE's of Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. The survey showed an increase in youth unemployment in all groups analyzed in the period covered in the survey, in line with the economic crisis in the 2015 and 2016 biennium, in addition to a more focused professional insertion on informality and self-employment, thus, the research concludes that a higher level of education contributes to more qualified and productive jobs, even with a longer duration of transition from school to work, making it necessary to improve the qualification of young people.

Keywords: Unemployment; Youth; Brazil; Northeast

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Mundo - Desemprego total dos jovens de 15 a 24 anos (1991-2019). Em (%).....	25
Gráfico 2 - Brasil - Desemprego total e dos jovens (2012-2020) Trimestral. Em (%).	28
Gráfico 3 - Brasil - Taxa de informalidade dos jovens 15 a 29 anos (2012-2019) Trimestral.	31
Gráfico 4 - Brasil - Taxa de desligamento, admissão e rotatividade de jovens de 15 a 29 anos (2012-2017) Trimestral.	32
Gráfico 5 - Brasil- Desemprego total e dos jovens por gênero (2012-2020) Trimestral. Em (%).	33
Gráfico 6 - Brasil - Desemprego total dos jovens por nível de instrução completos e/ou incompletos (2012-2020) Trimestral. Em (%).	36
Gráfico 7 - Brasil- Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos por gênero (2012-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.	39
Gráfico 8 - Brasil - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos por raça/cor ou etnia (2012-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.	41
Gráfico 9 - Brasil - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos por nível de educação (2012-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.	43
Gráfico 10 - Nordeste e Brasil - Desemprego total dos jovens de 14 a 29 anos (2012-2020) Trimestral. Em (%).	45
Gráfico 11 - Nordeste e Brasil - Desemprego total dos jovens homens de 14 a 29 anos (2012-2020) Trimestral. Em (%).	46
Gráfico 12 - Nordeste e Brasil - Desemprego total das jovens mulheres de 14 a 29 anos no (2012-2020) Trimestral. Em (%).	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil - Desemprego total e dos jovens por etnia, raça ou cor (2012-2020) Trimestral. Em (%).	34
Tabela 2 - Brasil - Desemprego total dos jovens com ensino superior completo ou incompleto (2014-2020) Trimestral. Em (%).	37
Tabela 3 - Brasil - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos e por gênero (2013-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.	40
Tabela 4 - Brasil - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos por raça/cor ou etnia (2013-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.	42
Tabela 5 - Nordeste - Desemprego total dos jovens de 14 a 29 anos por raça/cor ou etnia (2012-2020) Trimestral. Em (%).	48
Tabela 6 - Nordeste - Desemprego total dos jovens de 14 a 29 anos por nível de ensino (2012-2020) Trimestral. Em (%).	49
Tabela 7 - Nordeste e Brasil - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos (2012-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.	50
Tabela 8 - Nordeste e Brasil - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos por sexo (2012-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.	51
Tabela 9 - Nordeste e Brasil - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos por cor (2012-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.	52
Tabela 10 - Nordeste - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos por nível de instrução (2012-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PNPE - Programa Nacional do Primeiro Emprego

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SINAJUVE - Sistema Nacional de Juventude

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	6
ABSTRACT	7
1. INTRODUÇÃO	12
2. ABORDAGEM TEÓRICA	14
2.1. Desemprego e tipos de desemprego	14
2.2. Inserção no mercado de trabalho.....	15
2.3 Evolução recente das políticas públicas para a juventude.....	21
3. METODOLOGIA	24
4. DESEMPREGO JOVEM	25
4.1 DESEMPREGO JOVEM NO MUNDO	25
4.2 DESEMPREGO JOVEM NO BRASIL	28
4.2.1 DESEMPREGO POR GÊNERO	32
4.2.2 DESEMPREGO POR COR/ETNIA/RAÇA	34
4.2.3 DESEMPREGO POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO	36
4.3 RENDIMENTOS DOS JOVENS NO BRASIL.....	39
4.3.1 RENDIMENTOS POR COR/ETNIA/RAÇA	40
4.3.2 RENDIMENTOS POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO	42
4.4 DESEMPREGO JOVEM NO NORDESTE	44
4.4.1 DESEMPREGO JOVEM NO NORDESTE POR GÊNERO	45
4.4.2 DESEMPREGO JOVEM NO NORDESTE POR COR/ETNIA/RAÇA	47
4.4.3 DESEMPREGO JOVEM NO NORDESTE POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO	48
4.5 RENDIMENTOS DOS JOVENS NO NORDESTE	50
4.5.1 RENDIMENTOS DOS JOVENS NO NORDESTE POR GÊNERO	50
4.5.2 RENDIMENTOS DOS JOVENS NO NORDESTE POR COR/ETNIA/RAÇA	51
4.5.3 RENDIMENTOS DOS JOVENS NO NORDESTE POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
6. REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

O século XXI apresenta desafios para a ciência econômica. Dentre eles, a questão do desemprego que, a exemplo do ocorrido nos anos de 1930, com a Grande Depressão, se mostra como tema central a ser enfrentado. Paralelamente, a desigualdade ganha espaço no debate acadêmico.

Neste contexto, de crescente relevância na economia, a análise de dados sobre o desemprego torna-se fundamental, inclusive para subsidiar políticas para amenizá-lo.

A análise de dados sobre o desemprego, tanto no Brasil como no mundo, revela um quadro de maiores taxas para a juventude. No mundo, o desemprego juvenil de 15 a 24 anos cresceu por todo o período desde o começo da década de 1990, quando rondava os 10%, pelos dados da OIT, e ultrapassou os 15% em 2013. No Brasil, utilizando os mesmos dados OIT, apresentava uma taxa de 11% na década de 90 e quase triplicou, ao longo dos anos, ao atingir 29% em 2017, como mostra os dados da OIT disponibilizados pelo Banco Mundial.

No Nordeste brasileiro, região com PIB *per capita* de R\$ 16.648 em 2017 (Leão 2019), a situação é semelhante na tendência de crescimento do desemprego juvenil e amplificado pela desigualdade regional.

Observando estas informações, foram suscitadas questões que esta monografia busca contribuir para esclarecer. A primeira é sobre a evolução da taxa de desemprego mundial da juventude. A segunda é como se dá o comportamento da referida taxa no Brasil e no Nordeste. Há diferenças relativamente ao comportamento mundial? Considerando os dados da atividade econômica pelo Sistema Gerenciador de Series Temporais do Banco Central com dados do IBGE, o período recente na economia brasileira, quando se constata duas crises econômicas, a primeira no biênio 2015 e 2016, com queda na atividade em mais de 3% em cada ano e a segunda crise superando uma contração de 4% em razão da pandemia da COVID-19, a taxa de desemprego dos jovens tem acompanhado o comportamento cíclico da economia?

Para responder a estas perguntas, o presente trabalho foi dividido em seis partes, a primeira esta introdução, a segunda que trata da metodologia deste trabalho, a terceira que faz uma abordagem teórica sobre o desemprego e as teorias de inserção dos jovens no mercado de trabalho, além de mostrar as políticas para a

juventude no país. A quarta parte trata de analisar o desemprego jovem brevemente no mundo, no Brasil e no Nordeste. Na penúltima parte, é recapitulado em conclusão os aspectos importantes do desemprego e inserção dos jovens no mercado de trabalho. Para finalizar, as referências que fundamentaram a discussão do estudo.

2. ABORDAGEM TEÓRICA

No sentido de procurar identificar as origens teóricas do desemprego, esta secção tem como objetivo apresentar as definições e características dos tipos de desemprego, as teorias de inserção do jovem no mercado de trabalho e, por último, uma contextualização das políticas públicas para a juventude ao longo desses anos no Brasil.

2.1. Desemprego e tipos de desemprego

O desemprego é definido como população economicamente ativa que busca emprego remunerado, mas não encontra. Dentre essa definição é comum a caracterização de quatro tipos de desemprego: o cíclico, o voluntário, estrutural e o friccional.

O desemprego cíclico é a definição que apresenta em conformidade com o ciclo econômico de que um país ou região passa, este tipo de desemprego aumenta quando existe cenário econômico recessivo e diminui quando a economia está em expansão. (Borjas, 2012)

O desemprego estrutural está mais ligado com o longo prazo da economia, e assim, relacionado a estruturas do mercado de trabalho, que vão desde a legislação trabalhista e nível tecnológico e educacional do país do qual exige os postos de trabalho. (Borjas, 2012)

O desemprego friccional é o desemprego de rotação dos trabalhadores onde saem de um posto de trabalho e entram em outro, muito se dá pela característica do mercado de trabalho ser de informações assimétricas, assim o desemprego friccional se caracteriza pelo tempo em que um candidato à vaga de emprego leva para conseguir um novo emprego, cuja vaga já está disponível. (Borjas, 2012)

Com o desemprego voluntário, é uma opção do trabalhador em não buscar emprego ou trabalhar, em razão do momento da escolha deste, como por exemplo, a saída de um trabalho por não concordar com as condições do mercado de trabalho, e assim, optam por ficarem desempregadas.

As estatísticas de emprego, como a PNAD Contínua, não medem suas taxas em razão do tipo de desemprego, sendo assim, a pesquisa mede a taxa de desemprego como a desocupação total, não interessando se o desemprego é cíclico,

estrutural, friccional ou voluntário. Para o IBGE, as pessoas desocupadas são classificadas como desocupadas na semana de referência da pesquisa:

“ (...) as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência.” (IBGE, 2021).

Enquanto a taxa de desocupação é o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho.

2.2. Inserção no mercado de trabalho

Existem duas fortes correntes teóricas, de acordo com Moraes (2018), sobre a inserção do mercado de trabalho para os jovens bastante difundida. Uma é a STW - *School-To-Work*, de fundamentação americana, com base no indivíduo, e a outra é a teoria da inserção profissional de fundamentação francesa que leva em conta também o fator sociológico.

A óptica francesa aborda esse momento de transição que passa na vida dos jovens. É a abordagem teórica de entrada na vida laboral, vida ativa e transição para o trabalho (Alves, 2007). O termo de inserção profissional ganha relevância nos debates franceses nos anos de 1970 e vem de um momento em que a juventude saía do ensino formal e buscava o emprego e, conseqüentemente, a conquista do emprego, passou a apresentar um momento mais longo e acabou sendo uma definição de um fenômeno social na França (Alves, 2007).

Ao caracterizar um fenômeno social na França, a inserção profissional é um tema a ser discutido como forma de acesso e integração social, a garantia do emprego e entrada no mercado de trabalho acaba dando uma identidade e participação no mercado de consumo e de poder usufruir do bem-estar (Alves, 2007).

Para Rocha-de-Oliveira (2021), a definição de inserção profissional é

“[...] um processo individual e coletivo, histórico e socialmente inscrito. Individual porque diz respeito à experiência vivenciada por cada sujeito na esfera do trabalho, bem como suas escolhas profissionais e expectativas de carreira. É um processo coletivo por ser vivenciado de maneira semelhante por uma mesma geração ou grupo profissional. É um processo histórico, pois

desenrola com a “moldura” de elementos econômicos, sociais e políticos que caracterizam uma época. É socialmente inscrito, pois é marcado por processos institucionalizados e representações sociais compartilhadas pelos indivíduos de determinado grupo ou região sobre o período da inserção profissional.” (p. 130).

Olhando por esse lado da teoria, a sociedade tem como problemática a falta e a latência de vagas para empregos na entrada para a vida laboral da juventude, por questão de direito e acesso à sociedade, é um fenômeno a ser enfrentado como sociedade e não somente um problema individual do jovem.

A teoria da fundamentação americana é a *School-To-Work*, o que o próprio nome diz é a transição da escola e educação formal para o trabalho. Na revisão de literatura de Moraes e Rocha-de-Oliveira (2021) sobre essa teoria, demonstra que o que tem em comum nos estudos abordados pelos autores é o desenvolvimento de carreira, programas de transição para o trabalho e a importância da formação focada no profissional para o ingresso no mercado de trabalho. Visto que esses pontos focam no indivíduo, então essa teoria tem como base a teoria do capital humano discutida por Mincer (1958), Schultz (1964) e Becker (1964) na década de 1960, tendo o foco na educação e formação no indivíduo que apresenta uma maior produtividade, e com isso mais competitividade para o ingresso no mercado de trabalho.

A teoria *School to work* é composta por três etapas:

“[...] a. preparação para o ingresso, b. ingresso, e c. avaliação do ingresso, as quais correspondem, respectivamente: a. decisões de entrada, envolvendo treinamentos e capacitações; b. definição de uma posição de trabalho e ajuste quanto a sua instalação nesse posto; c. reflexão sobre a posição de trabalho e a decisão de permanência. [...]” (Savickas, 1999 apud. MORAES, 2018, p.4)

Para Moraes e Rocha-de-Oliveira (2021), a teoria *School-To-Work* representa uma mudança de *status* ao jovem, enquanto a teoria francesa representa um processo. A teoria americana, com princípio no indivíduo, coloca embasamento maior na capacidade do indivíduo em conseguir o emprego em razão da sua formação formal e profissional, enquanto a teoria de inserção profissional acaba sendo um processo, e não somente a categorização de estar ou não estar desempregado. Por levar em consideração o fator social, a questão não pode ser vista parada no momento, estática ou questão de *status*, assim, a entrada no mercado de trabalho na teoria dos franceses é uma questão de identidade do indivíduo, enquanto a teoria

americana é a construção da carreira e os valores para orientar a construção social do indivíduo para o trabalho ao encontro com os objetivos individuais caracterizados no trabalho de Moraes e Rocha-de-Oliveira (2021).

Ao olhar para políticas públicas de juventude, um livro organizado por Helena Abramo, para a Secretaria Nacional de Juventude, tratou sobre as abordagens da juventude e as políticas públicas com base em Krauskopf (apud. BRASIL, 2014, p.50) em que encontra na literatura quatro ópticas da concepção de juventude, são elas: 1) juventude como etapa de preparação; 2) juventude como etapa problemática; 3) juventude como atores estratégicos para o desenvolvimento; 4) juventude cidadã como sujeito de direitos.

1) Juventude como etapa de preparação

Nesta abordagem tradicional, BRASIL (2014) aborda como as políticas de ações verticais em que um adulto tem o papel de educador para os jovens, assim caracteriza as políticas de educação e qualificação profissional. Como crítica a esta abordagem, Abramo e Krauskopf (apud. BRASIL, 2014, p. 51) citam que a preparação é focada no longo prazo, enquanto deixa de lado o presente e que essa preparação não é igual para todos os jovens devido à heterogeneidade desse grupo.

2) Juventude como etapa problemática

BRASIL (2014) trata dessa abordagem em que leva em consideração a caracterização de jovens em grupo por meio de indicadores sociais, e como o termo problemático remete a situações que afetam a sociedade, como por exemplo a violência e drogas. Visto que é um problema, se tem como respostas políticas focalizadas para tal público. Assim, Spósito registra que (apud. BRASIL, 2014, p.53) essa abordagem estigmatiza a juventude e Abramo (apud. BRASIL, 2014, p. 53) trata como a juventude torna-se risco para a própria continuidade social.

3) Juventude como atores estratégicos para o desenvolvimento

BRASIL (2014) ver, essa óptica, que investir nos jovens, com capital humano e social, é primordial para o desenvolvimento do país. Abramo (apud. BRASIL, 2014, p.54) concorda com a abordagem e a importância dos jovens no desenvolvimento do país, mas que as características desse desenvolvimento não são questionadas, e assim, jovens podem sofrer com desigualdades nesse processo.

4) Juventude cidadã como sujeito de direitos

Para BRASIL (2014), esse enfoque trata da inclusão dos jovens como sujeitos sociais e de direitos, tendo políticas públicas promotoras para que jovens sejam cidadãos plenos. Nesta óptica, as políticas públicas para a juventude tratam do desenvolvimento integral dos jovens, considerando suas características sociais e suas realidades.

As diretrizes para políticas públicas de juventude no Brasil vêm recentemente em conjunto com a instituição do estatuto da juventude e a implementação do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE em 2013. Para tanto, o estatuto da juventude trata uma seção como tema do direito à profissionalização, ao trabalho e à renda. Tanto o artigo 14 e 15 da referida lei, trata como direito a profissionalização do jovem, o trabalho e à renda, juntamente com a proteção social e atuação do estado na efetivação destes direitos. Como posto, o estatuto da juventude vai ao encontro da linha francesa de inserção do mercado de trabalho dos jovens, ao ter como direito o trabalho e a proteção social e a abordagem de juventude cidadã como sujeito de direitos para a formação de políticas públicas.

Os programas voltados ao emprego para jovens são datados principalmente na primeira década do milênio como os programas do primeiro emprego: Programa Nacional do Primeiro Emprego - PNPE, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, Qualifica Brasil, Programa Aprendizagem profissional e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, além das formações profissionais ofertadas pelo Sistema S, que engloba as entidades corporativas para o treinamento profissional.

Visto esses programas são focados na teoria *School-To-Work*, promovendo a formação profissional para inserção rápida no mercado de trabalho com cursos profissionalizantes de curta duração, técnicos e de educação continuada, em contraste com a abordagem francesa em que se alinha o estatuto da juventude.

Além dos cursos profissionalizantes, a política educacional também foi forte nesse período com a ampliação das universidades públicas por meio do programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni e o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.

O desemprego juvenil e dificuldade de inserção no mercado de trabalho vem contribuindo, em conjunto com a crise econômica, para aumento da vulnerabilidade e desigualdade juvenil. O desemprego na população jovem aumenta a sensação de uma luta individual e a frustração com o cenário do mercado de trabalho.

Com a globalização, a precarização do trabalho em uma competição global vem afetando os empregos dos jovens tanto nos países desenvolvidos como em países em desenvolvimento. Olhando para a América Latina e Caribe, segundo Abdala (2002), citado por Kliksberg (2006), nos anos 2000 o desemprego juvenil na faixa etária de 15 a 24 anos, era 2,5 vezes mais elevado que o desemprego total. Já com dados abordados por (Reyes, 2004), citado por Kliksberg (2006), o desemprego dos jovens é cinco vezes maior do que os adultos maiores de 45 anos.

Tokman (1997), citado por Kliksberg (2006), observou que mesmo com crescimento econômico as taxas de desemprego dos jovens abaixam, mas em uma velocidade menor do que da população total, e quando a economia sofre retração, os jovens apresentam uma sensibilidade maior e em velocidade também maior que o resto dos trabalhadores.

A permanência no desemprego por longos períodos pode afetar o potencial e a ascensão profissional de jovens ao longo de toda a vida adulta, como vem abordando Marcelo Neri como efeito cicatriz nos jovens ao longo de sua carreira laboral.¹ Interessante notar que o mercado de trabalho busca experiências nos trabalhadores e boa formação educacional, então como jovens conseguiram trabalho para adquirir experiências sendo isso um pré-requisito? Como se vê, olhando para esta óptica o desemprego juvenil seria algo como um desemprego estrutural, devido essa dificuldade, mesmo que em períodos de crescimento econômico, as taxas do desemprego juvenil continuam altas em relação aos de população geral.

Para Tokman (2003), o mercado de trabalho geral passou por transformação estrutural, tornando-se informal, precário e concentrado no setor de serviços da economia. Então, os jovens passam por um mercado de trabalho ainda mais competitivo do que o enfrentado pela geração anterior, com exigências maiores em qualificação profissional.

¹ Jovem vê renda cair mais que a média e teme 'efeito cicatriz'
Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/02/25/jovem-ve-renda-cair-mais-que-a-media-e-teme-efeito-cicatriz.ghtml>> Acesso em: 20 ago, 2021.

Camarano et al (2002) aponta quatro hipóteses para o desemprego juvenil: baixa demanda agregada; salários; quantidade de jovens ofertando trabalho e a falta de qualificação profissional. Mesquita (2006) analisou essas hipóteses de causa de desemprego juvenil e abordou que a demanda agregada, embora seja um fator importante, já que crescimento econômico diminui o desemprego, não é uma questão impeditiva de criar postos de trabalho, embora seja necessária.

Olhando o nível salarial dos jovens, a hipótese não se sustenta, já que o trabalho de jovens auferem uma remuneração menor em relação a outros grupos etários. Em relação à quantidade de jovens, a hipótese se confirma, na visão de Mesquita (2006), já que as famílias auferem rendimentos baixos, e assim, os jovens são pressionados a entrar no mercado de trabalho o quanto antes.

Em questão da hipótese da baixa qualificação, fica visto o aumento da escolaridade dos jovens, e é tanto que os empregadores buscam jovens com boa qualificação, visto o aumento da escolaridade do grupo etário como todo.

Para Flori (2003), a principal causa do desemprego dos jovens é a alta rotatividade deste grupo etário no mercado de trabalho. Para a autora, os jovens buscam o emprego ideal com boas condições de trabalho e salários. Interessante ressaltar que a alta rotatividade em postos de trabalho contribui para a precarização do trabalho, já que é um trabalho instável e com baixa preparação para determinada função, assim também, pressiona para que os salários permaneçam baixos, já que é possível encontrar um novo trabalhador rapidamente para a função em razão da rotatividade alta.

A dificuldade de entrar no mercado de trabalho e a alta rotatividade nos postos de trabalho é uma precarização do trabalho para a juventude, sendo assim, uma dificuldade e uma instabilidade na obtenção e manutenção do emprego afetando toda a vida laboral do jovem tanto no presente, com o desemprego prolongado, como no futuro ao afetar sua ascensão profissional e salarial.

Visto os conceitos de desemprego e de como se comporta a inserção do jovem no mercado de trabalho, tanto na abordagem francesa como a americana, é de se pensar como o Estado brasileiro tratou a abordagem com o grupo de jovens ao longo desses anos, para isso o próximo tópico contextualiza as políticas de juventude no Brasil através das Conferências Nacionais da Juventude.

2.3 Evolução recente das políticas públicas para a juventude

A Conferência Nacional da Juventude é um processo de discussão de demandas prioritárias para a juventude nos eixos temáticos do Estatuto da Juventude, o processo passa por Conferências Municipais e Estaduais para depois chegar na Conferência Nacional para debater as propostas para o público jovem. A Conferência Nacional acontece de quatro em quatro anos desde 2008, promovendo debates democráticos entre a sociedade civil e o governo pautados pelas políticas públicas de juventude.

O debate é pautado com o reconhecimento da juventude como cidadãos de direitos, e assim, alinhado com a óptica francesa de inserção no mercado de trabalho. Na primeira Conferência Nacional de 2008, o tema de trabalho e renda aglutinou 20 propostas sínteses, com foco em qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho, políticas de geração de emprego sem exigência de experiência, incentivo ao empreendedorismo e cooperativismo juvenil e a redução de jornada de trabalho sem diminuição dos salários. (Brasil, 2008)

Dentre essas pautas da primeira conferência, a prioridade para a temática de trabalho para jovens foi a redução de 44 para 40 horas da jornada de trabalho sem diminuição salarial, além dessa a conferência resultou em mais duas resoluções para este tema, a promoção de crédito para juventude, a construção de um marco legal para o cooperativismo, economia solidária e empreendedorismo na juventude. Em outra resolução, a proposta de ampliar os programas voltados para o primeiro emprego e reformulação da lei de estágios e do aprendiz. Ainda assim, as resoluções para a juventude nesta primeira conferência não foram atendidas pela legislação, a jornada de trabalho permanece em 44 horas, a lei de aprendizagem e de estágios permanecem como implementadas e o marco regulatório do cooperativismo e economia solidária ainda está em discussão no legislativo.

Na segunda Conferência Nacional de Juventude realizada em 2012, a parte do trabalho e educação foi tratada em conjunto em um único eixo temático ao ser abordada como desenvolvimento integral, dentre as propostas aprovadas são a consolidação e ampliação de políticas de educação inclusiva como nos programas, PROJOVEM, PROEJA, ampliação e interiorização do ensino público superior, de cursos técnicos e profissionalizantes. Programas estes que são anteriores a essa conferência. (Brasil, 2011)

Importante notar que na proposta de ampliação dos cursos profissionalizantes, embora seja de abordagem americana da teoria *School-To-Work*, faz parte do sistema nacional de educação com garantias de participação popular nos conselhos gestores, trazendo a ótica francesa para a prática ao tratar a inserção dos jovens no mercado de trabalho como questão social no âmbito desses programas. Olhando por esse plano de desenvolvimento integral dos jovens, a política de ampliação das universidades públicas e institutos tecnológicos através do REUNI, PRONATEC e o FIES e PROUNI nas universidades e faculdades privadas tiveram uma prática francesa ao ter a participação popular nos conselhos gestores desses programas.

Nas moções da conferência, a campanha de redução da jornada semanal de trabalho é reafirmada ao entender que o direito fundamental ao trabalho é de realização pessoal, mesmo com a precarização do trabalho devido os trabalhos cada vez mais intensos e concorrências. Para a conferência, a redução da jornada de trabalho é positiva para o aumento da qualidade de vida do trabalhador e na criação de postos de trabalho, conseqüentemente a diminuição do desemprego, devido trabalhadores trabalharem um pouco menos mais pessoas poderão ocupar os postos de trabalho.

A terceira Conferência Nacional de Juventude engloba o que foi discutido nas conferências anteriores, visto que as pautas dessas não avançaram a contento, como a diminuição da jornada de trabalho volta a ser prioridade nas demandas para os jovens, em conjunto com a ampliação do ensino médio, técnico, profissionalizante e superior, além da atuação no fortalecimento dos empreendimentos coletivos e da economia solidária. (Brasil, 2016)

Como visto, nas três Conferências realizadas, a juventude é tratada como sujeito de direitos e demandante de direitos na temática trabalhista contra a precarização e a exploração intensiva do trabalhador jovem no mercado de trabalho. Com essa ótica da sociedade participar da gestão do sistema de ensino, seja superior ou profissionalizante, vai ao encontro da teoria francesa de que o emprego juvenil é um processo e que é uma questão social, e assim, as políticas demandas nas conferências são de promoção de uma educação e de inserção no mercado de trabalho, principalmente no primeiro emprego.

Assim, para Fernandes (2020) ficou garantido o avanço na legislação em relação aos direitos da juventude, devendo o Estado fomentar e colocar em práticas as normas propostas, sendo isso, na visão do autor, a formulação das políticas

públicas não é o maior obstáculo a ser enfrentado, e sim a operacionalização e a manutenção dessas políticas e programas.

Desde de 2004 é discutido, na Câmara dos Deputados, o Plano Nacional de Juventude com suas diretrizes e perspectivas, mas ainda não foi aprovado, assim Novaes et al (2006) organizou com base no Conselho Nacional de Juventude a Política Nacional de Juventude em 2006, onde trata a formação dos jovens de forma integral, seguindo dois principais ramos no estímulo à qualificação profissional e o empreendedorismo juvenil, sendo este último caracterizado como uma panaceia para o desemprego estrutural juvenil pelo Conselho Nacional de Juventude, e tendo como proposta uma facilitação para os jovens com a diminuição da burocracia para a efetivação do empreendedorismo.

Na reformulação das diretrizes para o Plano Nacional de Juventude em 2018, a Secretaria Nacional de Juventude abrange mais diretrizes para a economia solidária, cooperativismo, empreendedorismo e linhas de crédito para micro-empresendedores jovens, em que Antunes (2010) trata da substituição do trabalho taylorista e fordista para esses empreendedorismos, cooperativismos e trabalhos voluntários como uma forma de auto exploração e precarização do trabalho.

3. METODOLOGIA

Este trabalho se baseia em uma pesquisa descritiva e de análise de dados qualitativos e quantitativos.

Na parte descritiva se busca investigar e identificar os mais relevantes aspectos contidos no desemprego jovem e na inserção do mercado de trabalho pela juventude. Os dados serão coletados através de livros, revistas e trabalhos publicados.

A fonte de dados para a análise de dados se deu através da PNADC do IBGE e utilizou-se estatística descritiva para análise da taxa de desemprego e rendimento do grupo etário de 14 a 29 anos e a fragmentação dessa faixa em sexo, cor e ensino no Brasil e no Nordeste. Em que a taxa de desemprego é o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho na semana de referência da pesquisa do IBGE e o rendimento médio real é auferido de todos os trabalhos efetivamente recebidos na semana de referência da pesquisa, deflacionados para o último trimestre de 2020.

A comparação das taxas se mostra relevante para comparar como está a situação do desemprego dos jovens no Brasil em relação ao desemprego geral, e de como está o desemprego juvenil no Nordeste em comparação ao mesmo no país.

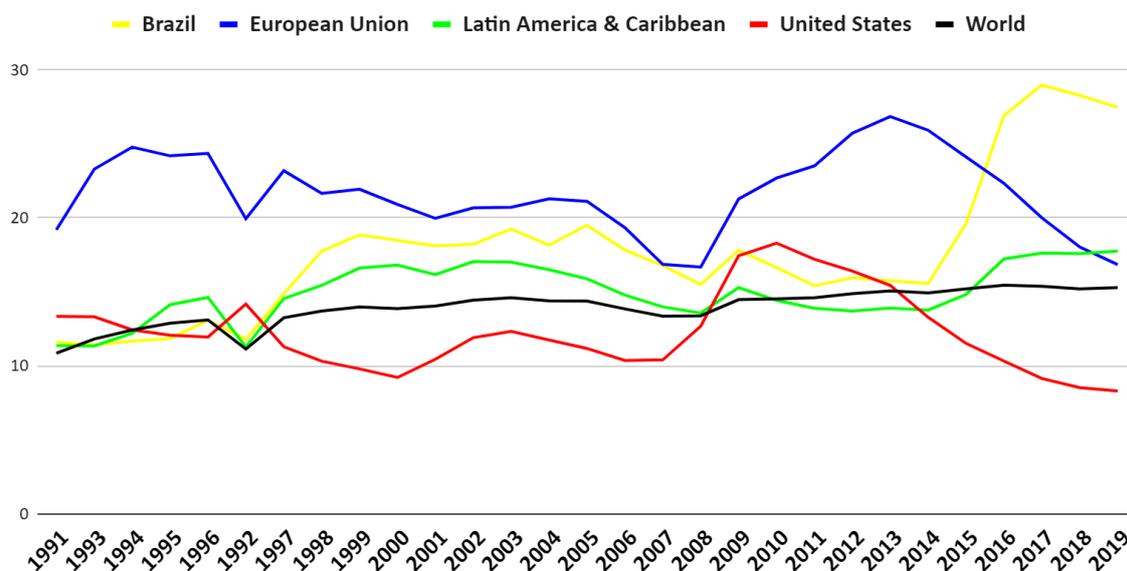
Vale ressaltar as mudanças etárias ao longo deste trabalho, a organização internacional do trabalho – OIT e o estudo de Corseuil *et al.* (2020) diferenciam o grupo etário de jovens, nos estudos da OIT são considerados jovens entre 15 e 24 anos, no de Corseuil *et al.* (2020) aborda jovens de 15 a 29 anos, mas essa monografia aborda pela definição do estatuto da juventude ao considerar o grupo etário de 14 a 29 anos de idade.

4. DESEMPREGO JOVEM

4.1 DESEMPREGO JOVEM NO MUNDO

Para a Organização Internacional do Trabalho - OIT o desemprego jovem é definido por um grupo de jovens da faixa etária entre 15 e 24 anos que não trabalha e se encontra na procura por emprego (OIT, 2001).

Gráfico 1 - Mundo - Desemprego total dos jovens de 15 a 24 anos (1991-2019). Em (%).



Fonte: World Bank
Elaboração própria

No mundo, vemos um crescimento suave do desemprego da juventude de 1991 quando comparado com o último ano de 2019, como mostra esses dados estimados pela OIT no gráfico 1 acima, sendo esse crescimento tendo uma curva quase plana no gráfico. O período analisado é de 1991 até 2019, último ano disponível na base do Banco Mundial, a Europa, durante boa parte desse período, apresentou taxas maiores do que as de outras regiões e países, sendo superiores a 20% de toda força ativa da juventude. Durante esse período, foi realizado um processo de integração da Comunidade Europeia e da Zona do Euro, levando uma melhora no quadro econômico dos países e no mercado de trabalho para jovens. A economia

mundial foi afetada por uma crise econômica em 2008 e a crise da Zona do Euro também, o que demonstra que empregos da juventude estão relacionados aos ciclos econômicos.

Nesse histórico, os Estados Unidos demonstram baixos níveis de desemprego jovem, comparado às outras regiões, mas também é fortemente afetado pela grande crise econômica dos *subprimes* de 2008.

O Brasil e a América Latina demonstram um aumento do desemprego no final de 1990 e logo em seguida mantendo uma certa estabilidade nesse índice para depois começar a cair por volta de 2004. Durante esse período, a América Latina e os países emergentes de todo mundo aproveitavam o bom cenário econômico mundial com o *boom* das *commodities*, porém, após 2013, existe uma acentuada elevação da desocupação dos jovens no mercado de trabalho, principalmente no Brasil. O comportamento do mercado de trabalho nesse período não foi uma especificidade para o grupo juvenil, embora tenham sofrido mais impacto quando comparado com os outros grupos etários.

Analisando o caso da União Europeia e os países mais afetados nesta região Sá (2014) compreendeu que com a globalização e a competição das economias em escala mundial, o emprego também tem competição global e países com menor competitividade e que enfrentam vulnerabilidades econômicas, a taxa de empregabilidade geral da economia é afetada negativamente. A autora analisou que o mercado de trabalho para Grécia, Espanha e Portugal foram os três mais afetados da região, principalmente após a crise econômica de 2008. Enquanto Áustria, Holanda e Luxemburgo apresentaram as menores taxas do bloco.

A entrada de países, como Portugal, no bloco econômico foi benéfica para o país com a integração econômica e o recebimento de fundos comunitários europeus, mas Sá (2014) avalia que após a integração acelerar para a Zona do Euro e a perda da política monetária e cambial, o país apresenta crescimento da taxa de desemprego geral.

Com a crise financeira e econômica global de 2008 e da Zona do Euro, países como Grécia, Espanha e Portugal apresentaram as piores taxas de desemprego jovem do continente europeu, ultrapassando taxas de 50% como indicado por Sá (2014). Em comparação, países com economias mais desenvolvidas e sólidas como Alemanha demonstraram taxas de desemprego da juventude em níveis menores que a média europeia em que Sá (2014) atribui às políticas de integração educacional

com o mercado de trabalho para essas faixas etárias, em linha com a abordagem americana *School-To-Work* de fazer a transição direta da escola para o trabalho, inclusive enquanto estuda.

Um ponto interessante no trabalho de Sá (2014) é a observação de que jovens com diplomas universitários já não garantem o ingresso no mercado de trabalho e sua estabilidade pela sua boa formação, o que mostra que não é somente pela baixa educação e qualificação que os jovens enfrentam dificuldades na inserção do mercado de trabalho. Sá (2014) aponta que existe um descolamento entre os programas educacionais e as necessidades do mercado de trabalho que apresentam uma dinâmica veloz com as transformações tecnológicas. Com isso, Sá (2014) registra que uma alta taxa de desemprego jovem leva a emigração da população jovem para economias mais competitivas, embora que não seja representativa em grande escala, a taxa de emigração chegou a 1% da população ativa no período analisado, com forte aceleração após a crise de 2008.

Como na Europa, a globalização também afetou o mercado de trabalho de trabalho para jovens na América Latina, com uma característica diferente nos países latinos em que passaram por transição educacional e melhora na educação. Para Fawcett (2002), os países latinos apresentam declínio de jovens na participação na população economicamente ativa desde a década de 1995 e a taxa de desemprego juvenil na região passou de um dígito para dois dígitos após 1990.

Fawcett (2002) demonstra uma forte taxa de desemprego juvenil em jovens de baixa renda e que taxas elevadas e longa duração de desemprego afetam o emprego e os salários desses jovens ao longo de toda sua vida laboral. Sobre a educação, Fawcett (2002) aborda que países com escolaridades maiores apresentam duração maior na transição de escola para o trabalho dos seus jovens e que levou empregos mais qualificados e produtivos.

Dornelles (2016) relata que mesmo com a redução do desemprego juvenil na primeira década do século 21 a estrutura do mercado de trabalho para jovens permaneceu a mesma. Para Dornelles (2016), a inserção juvenil se dá em quase sua metade através de empregos de baixa produtividade e ausência de perspectiva profissional, fazendo com que se aumente a desigualdade social nos países latinos.

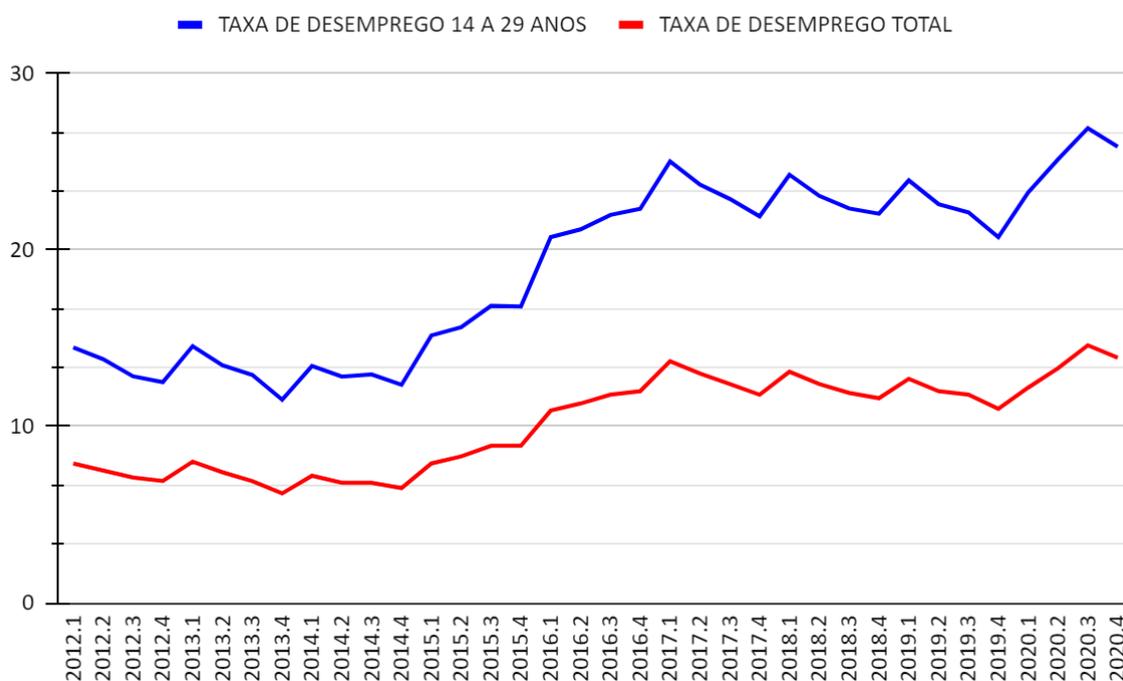
Dornelles (2016) ver que muitos jovens latinos com qualificação disputam empregos que não necessitam de qualificação, levando os jovens sem qualificação ao total desemprego. Dornelles (2016) caracteriza dois tipos de emprego juvenil para

América Latina, o emprego formal com salários altos, mas que necessita de alta flexibilidade do empregado e o emprego precarizado de trabalhadores menos qualificados. Para Dornelles (2016), esses dois empregos não competem entre si, mas em momentos de crises econômicas eles poderão vir a concorrer.

4.2 DESEMPREGO JOVEM NO BRASIL

A análise do mercado de trabalho para jovens no Brasil desde 2012 vem se destacando pelo alto nível de desempregados dessa faixa etária ao longo desses anos até 2020. Neste ponto, a economia brasileira passou por uma forte queda da atividade econômica, mais precisamente nos anos de 2015 e 2016 e desde então o produto interno bruto vem crescendo pouco com taxas de 1%. Assim, vejamos o histórico da taxa de desemprego jovem no Brasil:

Gráfico 2 - Brasil - Desemprego total e dos jovens (2012-2020) Trimestral. Em (%).



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria

Nessa série histórica do gráfico 2, o desemprego jovem, da faixa etária de 14 a 29 anos, teve seu menor índice no quarto trimestre de 2013, marcando o nível de

desocupação dos jovens em 11,52%. Ao longo dos próximos anos o desemprego dessa faixa etária subiu mais de 13%, batendo os 15% no primeiro trimestre de 2015 e no mesmo trimestre de 2017 chega a 25%, um aumento de 10 pontos percentuais no período de dois anos.

Após esse período, a taxa de desocupação dos jovens demonstra um leve recuo nos últimos trimestres de 2017 e 2018, chegando em uma taxa de 21,91% e 22,06%, respectivamente, mas nos respectivos trimestres posteriores as taxas sofrem uma elevada alta para 24,27% em 2018 e 23,95% em 2019, mostrando a sazonalidade da atividade econômica menor no primeiro trimestre desses anos.

No final desta década, o desemprego jovem atingiu o seu menor nível no último trimestre de 2019, como se mostrou a tendência para o último trimestre de cada ano, mesmo assim a taxa rondou os 20%. No primeiro trimestre de 2020, a taxa volta a subir, mas inferior à registrada em 2019.1, o nível chegou em 23,26% de desocupação dos jovens.

A pandemia global causada pelo vírus SARS-CoV-2 apresentou os efeitos no Brasil já no segundo trimestre de 2020, um cenário com medidas restritivas do comércio e de deslocamento no início dessa pandemia afetou também os empregos dos jovens. No segundo trimestre a taxa encontrou-se em 25,14%, superando o dado de 2017.1 de 25,03%, e batendo novamente o recorde na série histórica no terceiro trimestre de 2020 atingindo o nível de 26,91%. O último trimestre mostrou um recuo do desemprego, já com as atividades econômicas em retomada com as liberações dos comércios e da atividade econômica por parte dos estados, neste ponto o desemprego recuou para 25,86%, ainda acima do resultado do segundo trimestre do mesmo ano.

Em comparação da taxa de desemprego dos jovens em relação ao total da população, os jovens têm uma taxa quase duas vezes maior que a da população total, visto que no biênio de 2012 e 2014 essa diferença ficou por volta de 5 pontos percentuais, passou para uma diferença de 11 pontos em 2017.1. A tendência do crescimento do desemprego tanto jovem como de todos os trabalhadores é parecida para os dois grupos, mas como se pode ver, os jovens apresentam taxas maiores.

É importante destacar as transformações na legislação trabalhistas realizadas no ano de 2017 promovendo uma maior flexibilização do trabalho, como o trabalho intermitente e a ampliação da terceirização. Por outro ponto, com os surgimentos de novas tecnologias tem avançado na prestação de serviços por meio de aplicativos,

como os de transporte particular com a Uber, e na entrega de comidas por *delivery* com o iFood, em que o trabalhador além de entregar o trabalho como meio de produção, que é pago pela empresa com base na quantidade de produto, ou seja, corridas ou entregas feitas, também é o responsável pelo capital, seja o carro para o Uber e moto ou bicicleta para iFood.

Sendo assim, a precarização do trabalho vem afetando toda a massa trabalhadora, inclusive os jovens, e principalmente eles, já que a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal leva o mesmo a entrar em trabalhos precarizados como o trabalho intermitente e/ou por aplicativos. Visto isso, o desemprego jovem permanece elevado por esse período inclusive com as mudanças referidas, sofrendo ainda mais com a variação das sazonalidades na economia, principalmente nos últimos trimestres de 2017, 2018 e 2019, em que as taxas de desemprego dos jovens caíam e voltam logo a subir no trimestre posterior.

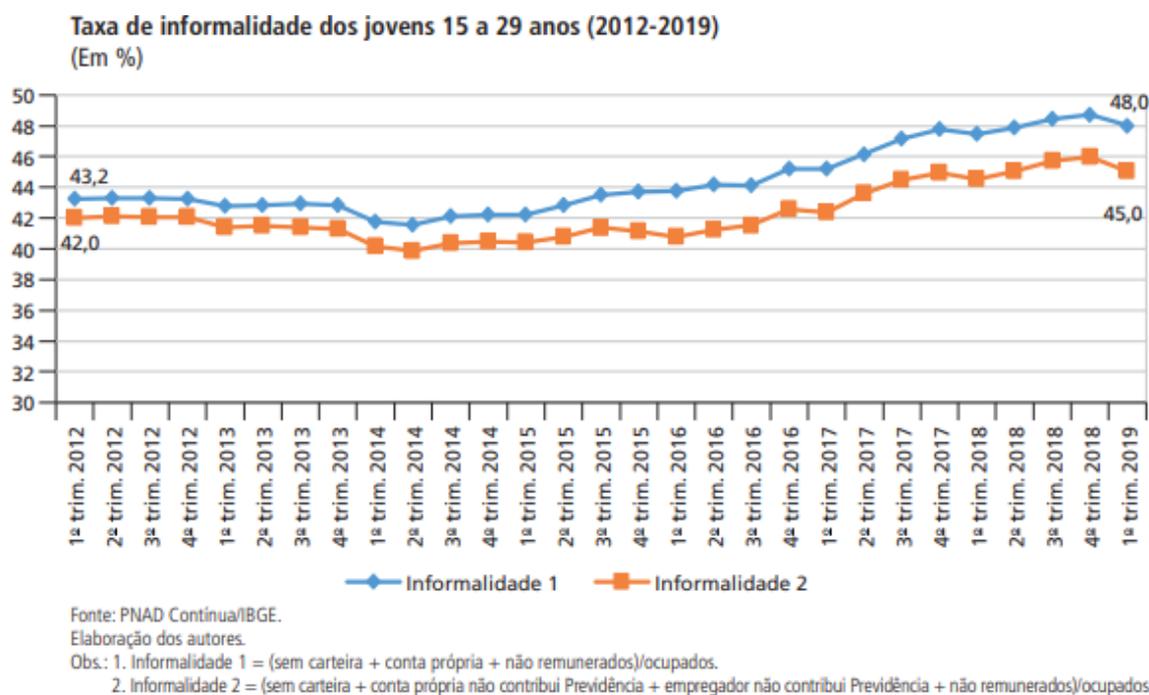
Mesmo com todos os programas de qualificação profissional e expansão do ensino superior, o fato que o desemprego jovem aumentou nesse período, principalmente com a crise econômica que o país enfrentou pós-crise de 2014, o que vai em linha com o estudo de Tokman (2003) em que o desemprego jovem está mais suscetível aos ciclos econômicos.

Corseuil *et al.* (2020) também constatou um expressivo aumento na taxa de desemprego dos jovens, principalmente nos anos 2015 a 2017, em que a proporção de jovens desempregados que buscavam trabalho há pelo menos um ano, que era de 29,9% no primeiro trimestre de 2013, aumentou para 38,8% no primeiro trimestre de 2019, deixando claro a dificuldade de inserção no mercado de trabalho por parte desse grupo etário.

Para medir a informalidade, Corseuil *et al.* (2020) utilizou de duas definições: 1 - Jovens empregados sem carteira, conta própria e não remunerados. Já na definição 2 leva em consideração jovens que não contribuem para a previdência social.

O que se vê no gráfico 3 é uma trajetória parecida para as duas definições para a informalidade para o trabalho juvenil, sendo assim, também visível que o patamar é acima dos 40% no período anterior à crise econômica nos anos de 2015 e 2016, e mais impressionante ainda quando existe a piora no mercado de trabalho em 2017 e 2018 a informalidade aumenta para 48,7% e 46% na definição 1 e 2 de informalidade, respectivamente.

Gráfico 3 - Brasil - Taxa de informalidade dos jovens 15 a 29 anos (2012-2019) Trimestral.



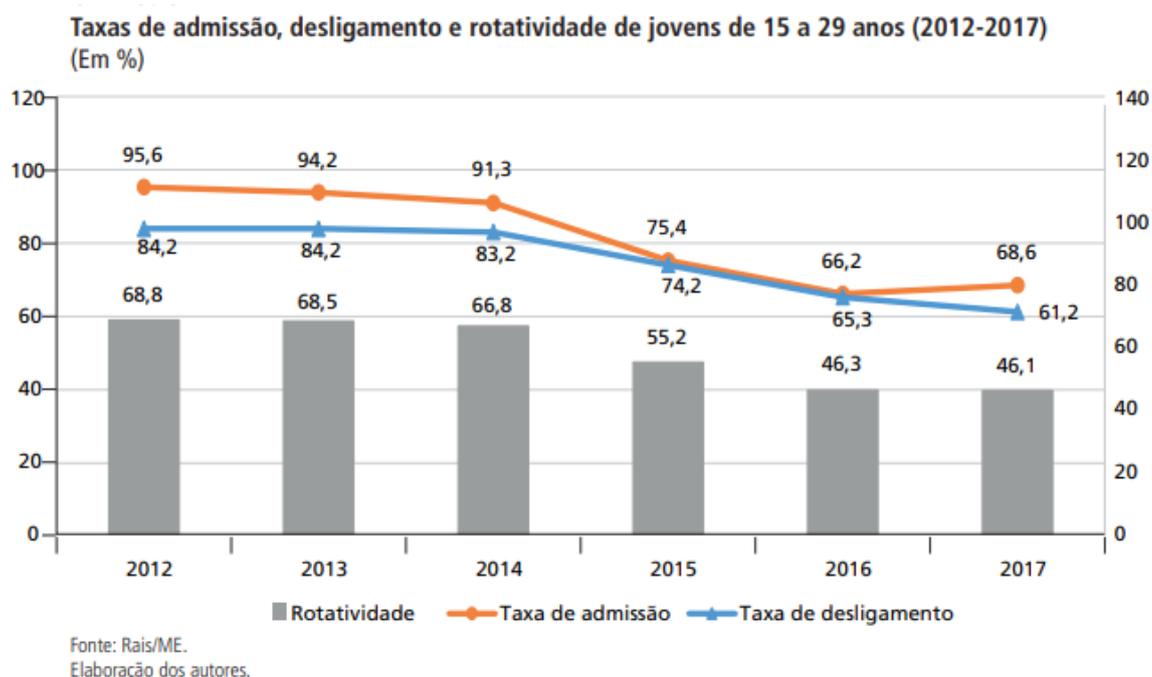
Extraído de: (CORSEUIL *et al.*, 2020, p. 19)

Para Corseuil *et al.* (2020) a deterioração do trabalho para jovens também é vista na qualidade da ocupação em que há uma redução de emprego formal depois de 2015 e um aumento de ocupação na informalidade ou trabalho por conta própria. Nos dados de Corseuil *et al.* (2020), durante o período 2012-2018, em média, 53% dos jovens de 15 a 29 anos entraram no mercado de trabalho por meio do emprego informal.

A inserção dos jovens pela porta da informalidade, além de impactar no trabalho precário do jovem, é de se notar que foge das duas teorias de inserção profissional, tanto americana como francesa, tratada no Programa Nacional do Primeiro Emprego, Lei da Aprendizagem e Lei do Estágio.

Como apontou Flori (2003), em que a rotatividade é um fator do alto desemprego jovem; Corseuil *et al.* (2020) analisou dados sobre admissão e desligamento dos jovens, entre 2012 e 2017, em que se nota no gráfico 4 abaixo uma queda na taxa de rotatividade principalmente pós 2015, essa taxa que era próxima de 70% em 2012, chegou em 46% em 2017.

Gráfico 4 - Brasil - Taxa de desligamento, admissão e rotatividade de jovens de 15 a 29 anos (2012-2017) Trimestral.



Extraído de: (CORSEUIL *et al.*, 2020, p. 19)

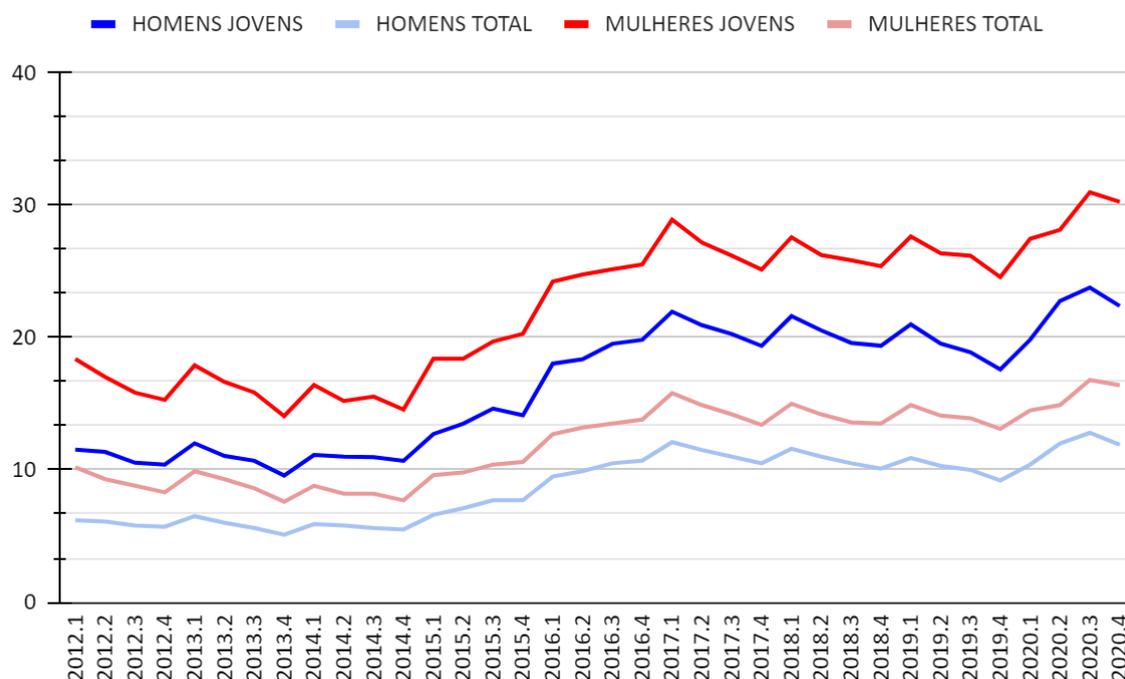
Corseuil *et al.* (2020) sugere duas conclusões sobre esses dados, primeiro que apesar da literatura apontar a rotatividade ser um determinante para o desemprego jovem, ela não contribui para o aumento do desemprego dos jovens nesse período. Por outro lado, Corseuil *et al.* (2020) conclui que a queda da rotatividade se deu mais pela queda maior das contratações em relação à queda dos desligamentos.

4.2.1 DESEMPREGO POR GÊNERO

A diferença entre os gêneros masculino e feminino mostra-se em contraste também no desemprego jovem, tendo os homens taxas menores de desemprego nessa faixa etária de 14 a 29 anos, como visto no gráfico 5 logo mais abaixo. Enquanto a taxa de desemprego dos homens rodou por volta de 11%, entre 2012 e 2014, atingindo o menor nível em 2013.4 aos 9,57%; a taxa de desemprego das jovens mulheres rodou por volta dos 16%, tendo o menor nível também no último trimestre de 2013 com 14,07%. Ao longo da década, o desemprego sobe até atingir os níveis de 28% para as mulheres em 2017.1 e quase 22% para os homens, no mesmo trimestre. A pandemia faz registrar recorde na série histórica para ambos, no

terceiro trimestre de 2020, ao alcançar os 23,78% para os homens e 30,99% para as mulheres.

Gráfico 5 - Brasil- Desemprego total e dos jovens por gênero (2012-2020) Trimestral. Em (%).



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria

No cenário de crescimento do desemprego geral para os jovens, as mulheres são ainda mais impactadas, por exemplo, a diferença entre as taxas de desemprego entre 2012 e 2014 encontra-se em uma média de 5,22 pontos percentuais de diferença em relação à taxa dos homens. Após o cenário econômico ainda desafiador da economia brasileira pós crise de 2015, essa média subiu para 5,84, tendo o pico de diferença em relação às taxas de homens de 6,93 em 2017.1 e 7,03 em 2019.3. A pandemia volta a surpreender nessa desigualdade das mulheres jovens em relação aos homens jovens, uma diferença de 7,88 pontos percentuais da taxa dos homens no último trimestre de 2020.

Siqueira (2017) aborda que a mulher no mercado de trabalho enfrenta discriminação devido à caracterização de determinados trabalhos por sexo, do qual entre eles cuidar dos filhos e da casa ou preparação da alimentação da família é um trabalho de mulher, sendo esses não remunerados e em razão das leis trabalhistas

mais protecionais para mulheres em razão da maternidade, por exemplo. Dentre isso, torna o mercado de trabalho para a mulher discriminatório e machista, visto que a sociedade patriarcal também é repetida nas escalas de poder das empresas e que repete essa discriminação para com as mulheres na inserção no mercado de trabalho.

Visualizando os dados anteriores do gráfico 5, constata-se o grau discriminatório com as mulheres da população total e principalmente das jovens mulheres, apresentando níveis de desempregados quase 3 vezes maiores que a taxa de desemprego total dos homens ao longo da série analisada, principalmente ao ver que a fertilidade das mulheres vai em torno dos 35 anos, então as jovens sofrem a discriminação por poderem engravidar.

4.2.2 DESEMPREGO POR COR/ETNIA/RAÇA

O desemprego por raça, cor ou etnia também é uma desigualdade no mercado de trabalho brasileiro e o mais afetado na falta de emprego são os jovens negros com taxas altas batendo o nível de quase 30% de desocupação nos anos de 2017 e principalmente acima desse nível após a pandemia de 2020 como a tabela 1 mostra essa evolução.

Tabela 1 - Brasil - Desemprego total e dos jovens por etnia, raça ou cor (2012-2020) Trimestral. Em (%).

TRIMESTRE	JOVENS		TOTAL	
	BRANCO	PRETO	BRANCO	PRETO
2012.1	12,56	17,54	6,6	9,6
2012.4	10,3	15,15	5,4	8,6
2014.1	11,43	16,86	5,8	9,1
2014.4	10,59	15,03	5,3	8
2015.1	12,86	18,6	6,4	9,8
2015.4	14,76	20	7,4	11,2
2017.1	21,25	29,97	10,9	16,9
2017.4	18,79	26,28	9,5	14,5
2019.1	20,75	28,84	10,2	16
2019.4	17,85	24,1	8,7	13,5
2020.2	21,08	32,52	9,8	15,2
2020.3	23,34	33,24	11,8	19,1
2020.4	22,77	30,32	11,5	17,2

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria

Para os que se autodeclaram brancos, o nível de desemprego é menor em comparação aos pretos, por exemplo. A diferença de pontos percentuais entre jovens negros e jovens brancos atinge os 11,44 pontos percentuais no segundo semestre de 2020.

Para Chadarevian (2011) a hierarquização racial como também a desigualdade racial é presente no país e piorou ainda mais desde a década de 1990, em um momento de políticas liberais na economia do país que não trouxe efeitos positivos para a entrada dos pretos na elite brasileira e nem em para diminuir a distância salarial em relação aos brancos.

A estrutura da elite brasileira branca e do longo período da escravidão no Brasil, com uma abolição sem a integração dos escravos na sociedade, os racismos e a discriminação racial está presente nas relações trabalhistas, tornando uma barreira para que negros participem do mercado trabalho, assim como os jovens também. As teorias principais de inserção no mercado de trabalho de jovens tratam da educação, tanto a *School-To-Work* como a corrente francesa, então, é importante notar que o grupo racial de pretos tem o menor capital humano ao longo da história, visto a abolição da escravidão ser recente. Na visão de Madeira (2021):

Em cenário de desemprego, trabalho precarizado como expressão da questão social no capitalismo contemporâneo, é exigido nível de escolaridade mais elevado. Porém, por motivos coloniais, a população negra tem encontrado dificuldade em ampliar seu nível de escolaridade, e, quando assim o faz, não tem se traduzido em melhor qualificação no mercado de trabalho. [...] Apesar dos avanços nos últimos anos, com mais brasileiros e brasileiras chegando no nível superior, as distâncias entre os grupos perpetuam-se, conforme demonstram os dados:

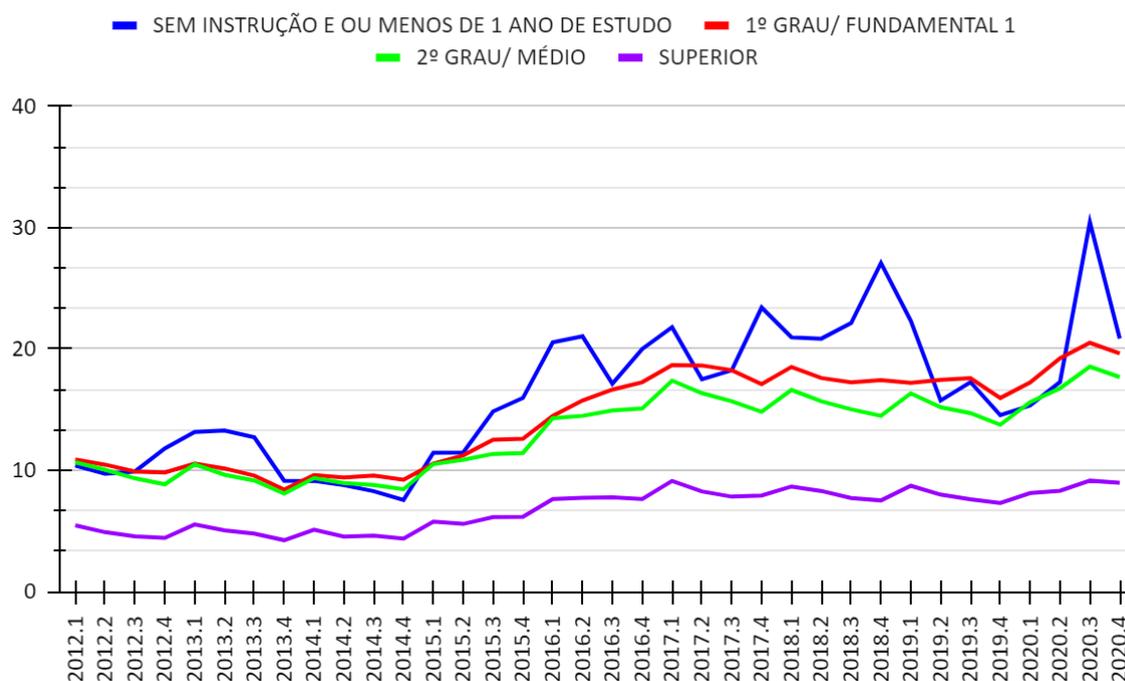
Entre 1995 e 2015, duplica-se a população adulta branca com doze anos ou mais de estudo, de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com doze anos ou mais de estudo passa de inacreditáveis 3,3% para 12%, um aumento de quase quatro vezes, mas que não esconde que a população negra chega somente agora ao patamar de vinte anos atrás da população branca. (Ipea, 2017, p. 2) (MADEIRA, 2021)

Para Martins (2012) as relações sociais e trabalhistas do modo capitalista hoje atuam para a efetivação da concentração dos negros no desemprego, na ocupação em trabalhos de baixa qualidade e na informalidade e principalmente o impacto na precarização do trabalho e suas relações.

4.2.3 DESEMPREGO POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO

A educação é reconhecida na literatura acadêmica como boa formação para o mercado de trabalho e na obtenção do emprego dos jovens. No Brasil, segue essa tendência de quanto maior o nível educacional, menor é o nível de desemprego dos jovens, mas todas as faixas de instrução apresentaram crescimento do desemprego no período analisado neste trabalho.

Gráfico 6 - Brasil - Desemprego total dos jovens por nível de instrução completos e/ou incompletos (2012-2020) Trimestral. Em (%).



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria

As linhas mais altas do gráfico 6, como a azul de jovens sem instrução, apresenta a taxa de desemprego mais elevada, mostrando sua sensibilidade ao quadro econômico que o país enfrenta, com picos de desemprego em 2018.4, de 27,09% e 30,46%, em 2020.3. Enquanto os jovens do ensino fundamental, completo ou incompleto, apresentam uma taxa de desemprego por volta dos 9-10% entre 2012 e 2014 e começam um crescimento alto da taxa de desempregados atingindo os 12,59% em 2015.4, avançando para 15,76% no segundo trimestre de 2016 e encontrando, em 2017.1, o nível de desemprego em 18,67%. Após esse recorde, a

taxa de desemprego de jovens do ensino fundamental estabiliza na faixa dos 17% voltando a subir somente na pandemia ao bater um novo recorde de 20,51%, no terceiro trimestre de 2020.

O movimento da taxa de desemprego dos jovens que concluíram completamente ou incompletamente o ensino médio no gráfico 6, apresentou um comportamento muito parecido com a do grupo anteriormente explicado, mas após 2015 a diferença cresce, de 2012 até 2015 a diferença percentual apresentava menos que 1% e chegou a bater quase os 3%, no primeiro trimestre de 2019. Em 2017.1 o desemprego dos jovens que cursaram o ensino médio completo ou incompleto chega aos 17,39% e apresenta um novo recorde de 18,54% no terceiro trimestre de 2020.

No ensino superior, as taxas são menores para o grupo etário de jovens até 29 anos. Enquanto esse grupo apresentava uma taxa média de 4,68% de nível de desemprego entre os anos de 2012 até 2014, essa taxa chega aos 9,12% no primeiro trimestre de 2017.

Tabela 2 - Brasil - Desemprego total dos jovens com ensino superior completo ou incompleto (2014-2020) Trimestral. Em (%).

TRIMESTRE	SUPERIOR	TRIMESTRE	SUPERIOR
2014.4	4,37	2018.1	8,66
2015.1	5,76	2018.2	8,29
2015.2	5,57	2018.3	7,7
2015.3	6,14	2018.4	7,51
2015.4	6,15	2019.1	8,72
2016.1	7,62	2019.2	7,99
2016.2	7,72	2019.3	7,61
2016.3	7,76	2019.4	7,3
2016.4	7,63	2020.1	8,12
2017.1	9,12	2020.2	8,31
2017.2	8,25	2020.3	9,14
2017.3	7,82	2020.4	8,97
2017.4	7,91		

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria

Os jovens do ensino superior estabilizaram nos quase 8% de desemprego em 2017, superando essa marca em 2018. Com a pandemia, a taxa de desemprego

marca um novo recorde ao superar por 0,02 pontos percentuais a taxa de 2017.1 ao chegar nos 9,14% no terceiro trimestre de 2020.

Comparando as taxas dos outros jovens na categoria de ensino na tabela 2, os jovens com superior completo ou incompleto têm taxa abaixo dos dois dígitos, diferente de todos os outros grupos de jovens. Assim, o jovem com ensino superior completo ou incompleto sofre impactos menores que os outros jovens com grau de instrução menor.

A análise do mercado de trabalho por Pochmann (2007) revelou um fenômeno em que a forma de trabalho não sofreu grandes alterações, mas os requisitos de contratação dos jovens se elevaram:

[...] à existência de mão de obra excedente para vagas abertas no mercado de trabalho. Por conta disso, o empregador pode selecionar e discriminar o uso de mão de obra, contratando pessoas muito mais qualificadas do que a real necessidade de conteúdo para os postos de trabalho exigiria (POCHMANN, 2007, p.65).

Então, para Pochmann (2007), mesmo que a qualificação profissional e escolarização tenham aumentado, as ocupações para os jovens estão alinhadas a segmentos da economia com baixa produtividade e alta precariedade do trabalho, sobrando para os jovens postos de trabalho com baixo conteúdo profissional.

Matéria da BBC Brasil, exemplifica o grau de precariedade do trabalho para os jovens. O jovem de 23 anos, Daphne Hoher, mesmo com duas faculdades e inglês fluente, teve que aceitar trabalhar em *telemarketing*.² Uma realidade não diferente dos espanhóis, Guy Standing (2013), elenca que 40% dos jovens da Espanha após um ano de formados acabam encontrando empregos com baixa qualificação ou sem vínculo com o que foi estudado na sua formação. Para Standing (2013), o precariado é formado por aqueles que estão em condição de empregos instáveis, transitando de uma ocupação para outra, na finalidade de conseguir um emprego melhor ou renda extra.

Na visão de Standing (2013), o núcleo duro do precariado se encontra justamente nos jovens, visto que anteriormente os jovens passavam por uma inserção

² 'Aceito qualquer coisa': Para voltar ao mercado, desempregados se sujeitam a cargos e salários menores

Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160225_desempregados_qualificados_if> Acesso em: 20 ago, 2021.

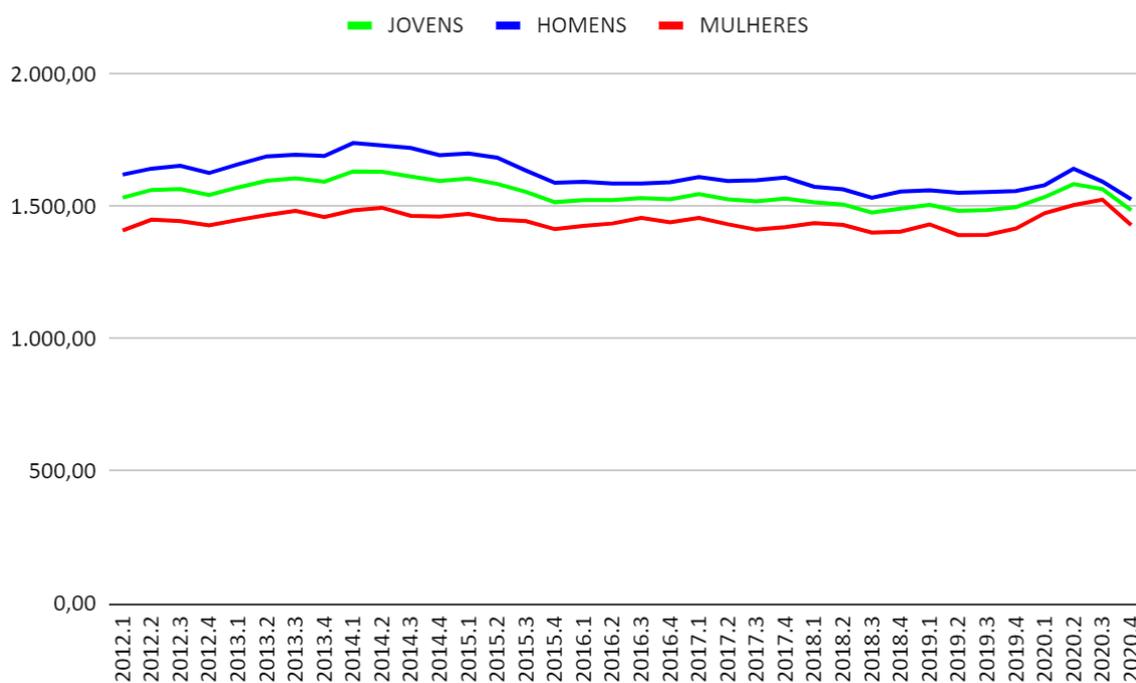
em ocupações precárias por um período para depois entrar no mercado de trabalho adulto, mas o que vem acontecendo é que a permanência em emprego precário vem se estendendo devido à forte flexibilização do trabalho.

Esta óptica do precariado, na visão de Standing, se aplica fortemente para os jovens no Brasil, visto a rotatividade maior nesse grupo em busca de empregos melhores, e cada vez mais intensificado com a economia digital por aplicativos como Uber, iFood, trabalho intermitente e o crescimento do trabalho por conta própria relatado por Corseuil *et al.* (2020) na atual crise do mercado de trabalho juvenil.

4.3 RENDIMENTOS DOS JOVENS NO BRASIL

O rendimento real dos jovens no período analisado oscilou em torno da média de R\$ 1.535,45, tendo crescimento até o último trimestre de 2015, quando começou a declinar ao ficar em R\$ 1.517,10. O gráfico 7 mostra o comportamento do rendimento real dos jovens e dos gêneros ao longo dos trimestres.

Gráfico 7 - Brasil- Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos por gênero (2012-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria

Ao longo de todo o período visto no gráfico 7, os homens ganharam mais que as mulheres, mas os grupos mantêm o comportamento de crescimento estável dos rendimentos reais até 2015 quando se estabiliza por volta dos R\$ 1.500,00. A média dos rendimentos reais de todos os trabalhos, entre 2012 e 2020, mostrou que os homens jovens auferem 11% a mais que à média das mulheres jovens.

Tabela 3 - Brasil - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos e por gênero (2013-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.

TRIMESTRE	JOVENS	HOMENS JOVENS	MULHERES JOVENS
2013.1	1.572,68	1.659,99	1.449,81
2014.1	1.633,23	1.740,60	1.486,39
2015.1	1.606,06	1.701,07	1.472,63
2016.1	1.524,96	1.594,07	1.428,01
2017.1	1.547,67	1.612,17	1.457,72
2018.1	1.517,02	1.575,27	1.437,82
2019.1	1.507,37	1.561,81	1.433,29
2020.1	1.536,65	1.581,54	1.475,71
Varição	-4,15%	-5,91%	-1,14%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria

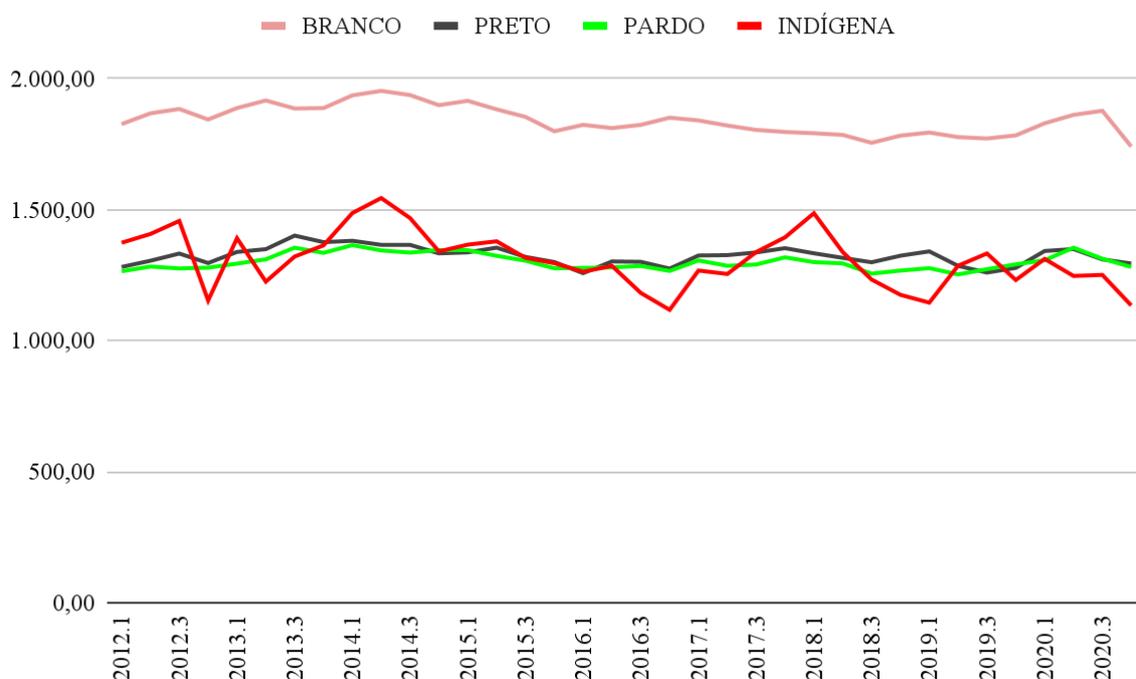
Os rendimentos reais de todos os trabalhos de todos os jovens, dos homens jovens e das mulheres jovens, apresentaram redução no primeiro trimestre de 2020, como é visto na tabela 3. Os homens jovens foram os mais impactados nos rendimentos, com uma redução de quase 6% dos seus rendimentos, enquanto as mulheres jovens, uma redução de 1%. O cômputo geral dos jovens de 14 a 29 anos apresentou uma redução de 4,15% dos rendimentos reais.

4.3.1 RENDIMENTOS POR COR/ETNIA/RAÇA

A desigualdade por cor também é presente nos jovens brasileiros e o gráfico 8 segmenta esses grupos mostrando nítida a desigualdade, enquanto a média de todos os rendimentos de um jovem branco é de R\$ 1.835,16 a do jovem preto é R\$ 1.325,81, a do pardo de 1.292,67 e a do jovem indígena de 1.314,11. Essa diferença é de 27% dos pretos em relação aos jovens brancos, 29% em relação aos pardos e 28% em relação aos indígenas. No gráfico 6, deixa visível a desigualdade dos outros grupos

em relação aos jovens brancos, em que estes mesmos sofrendo oscilações em seus rendimentos continuam a ganhar mais de 25% a mais que os outros grupos no período analisado.

Gráfico 8 - Brasil - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos por raça/cor ou etnia (2012-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria

Como visto no gráfico 8, os jovens brancos apresentaram um crescimento dos rendimentos no período até de 2015, quando atingiu a marca de R\$ 1.915,50 depois de alcançar o recorde de R\$ 1.953,53 em 2014.2. Após esse período de ascensão dos rendimentos nesse grupo de jovens, o rendimento cai ao patamar de R\$ 1.755,23 em 2018.3 e volta a bater novo recorde de R\$ 1.741,26 no último trimestre de 2020.

Já os grupos de jovens pretos mantiveram os seus rendimentos estáveis chegando a bater o recorde de R\$ 1.401,04 em 2013.3, mas voltando a sua estabilidade em torno da média de R\$ 1.325,81 de todo o período analisado. O comportamento dos rendimentos reais dos pardos segue o mesmo modo dos jovens pretos, enquanto os jovens indígenas apresentam uma variação maior de seus rendimentos ao longo

da série. Os jovens indígenas têm seu recorde de R\$ 1.544,37 em 2014.2 e o menor rendimento no último trimestre de 2020 ao marcar os R\$ 1.134,56.

Tabela 4 - Brasil - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos por raça/cor ou etnia (2013-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.

TRIMESTRE	BRANCO	PRETO	PARDO	INDÍGENA
2013.1	1.887,77	1.338,65	1.294,10	1.391,00
2014.1	1.936,22	1.381,21	1.364,67	1.487,11
2015.1	1.915,50	1.337,06	1.345,50	1.366,40
2016.1	1.823,77	1.257,75	1.277,68	1.263,16
2017.1	1.840,56	1.325,11	1.306,26	1.267,73
2018.1	1.791,65	1.333,46	1.299,77	1.486,39
2019.1	1.794,37	1.340,90	1.276,78	1.145,18
2020.1	1.829,75	1.342,29	1.306,91	1.312,03
Varição	-3,07%	0,27%	0,99%	-5,68%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

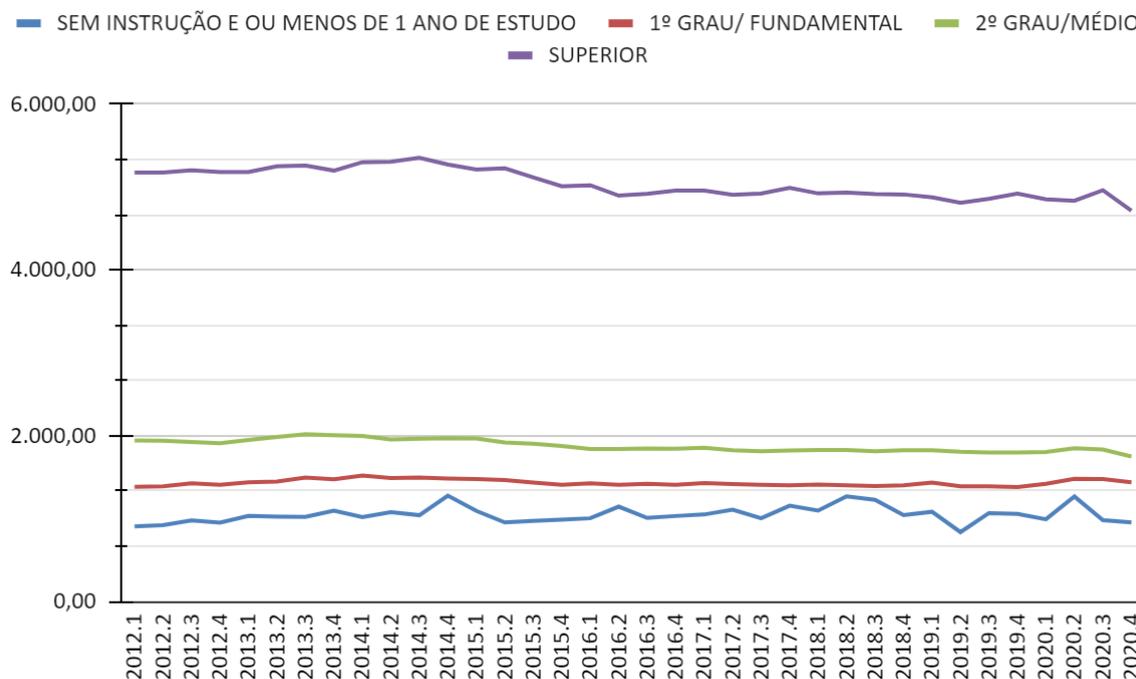
Elaboração própria

A tabela 4 demonstra a variação de todos os rendimentos dos jovens por grupo de cor, raça ou etnia. Como visto, os jovens brancos apresentaram uma redução de 3% dos rendimentos reais, os pretos uma estabilidade ao avançar somente 0,27%, pardo seguindo a mesma tendência com um leve crescimento de 1%, enquanto os indígenas mais afetados nos seus rendimentos com redução de 5,68% em relação ao primeiro trimestre de 2013.1.

4.3.2 RENDIMENTOS POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO

A educação é um fator determinante nos rendimentos de um trabalhador, e olhando para o rendimento de todos os trabalhos dos jovens com ensino superior completo ou incompleto tem seus ganhos maiores que os outros grupos de jovens com nível educacional menor. O gráfico 9 mostra o comparativo dos rendimentos reais dos jovens por nível de educação.

Gráfico 9 - Brasil - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos por nível de educação (2012-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria

Como visto no gráfico 9, os rendimentos dos jovens com ensino superior completo ou incompleto apresentam uma média de R\$ 4.976,58 no período analisado, enquanto os jovens que cursaram o ensino médio completamente ou incompleto encontram-se com uma média de R\$ 1.846,53, os com fundamental uma média de R\$ 1.421,08 e os jovens sem formação ou até um ano de estudo com média de rendimentos reais de R\$ 1.029,94.

Jovens com uma formação básica, seja com ensino fundamental ou médio, apresentaram uma estabilidade nos seus rendimentos ao longo dos anos, mas com um recorde nos trimestres de 2013.3 até o final de 2014.4 em que os rendimentos com ensino fundamental rondavam as faixas dos R\$ 1.500,00 e os com ensino médio nas faixas de R\$ 2.000,00. Os jovens sem instrução ou até 1 ano de estudos e o grupo dos com ensino superior completo ou incompleto apresentaram oscilações a economia, primeiro os jovens sem formação tendo impactos altos no pico no último trimestre de 2014 ao alcançar R\$ 1.275,06, enquanto isso a juventude com nível de

educação mais elevado tem seu recorde de R\$ 5.354,37 no terceiro trimestre de 2014 e após isso entra em declínio de 10% dos seus rendimentos reais em 2019.2 quando chega aos R\$ 4.811,39.

A diferença dos rendimentos fica nítida no gráfico 9 ao comparar a média de cada grupo no período analisado. Em relação aos jovens sem formação educacional ou até 1 ano de estudo, os jovens com superior completo ou incompleto auferem rendimentos 383% a mais que os jovens sem formação, enquanto em relação ao com ensino fundamental a diferença passa a ser de 250% e com o ensino médio esta diferença cai para 169%.

Em um estudo coordenado por Naercio Menezes Filho a pedido do Jornal Valor Econômico³, os trabalhadores com ensino superior ganham em média o dobro dos que com ensino técnico e 150% a mais em relação ao ensino médio, em situações de crise econômica, os com ensino superior tem mais estabilidade em seus rendimentos e em continuar no mercado de trabalho.

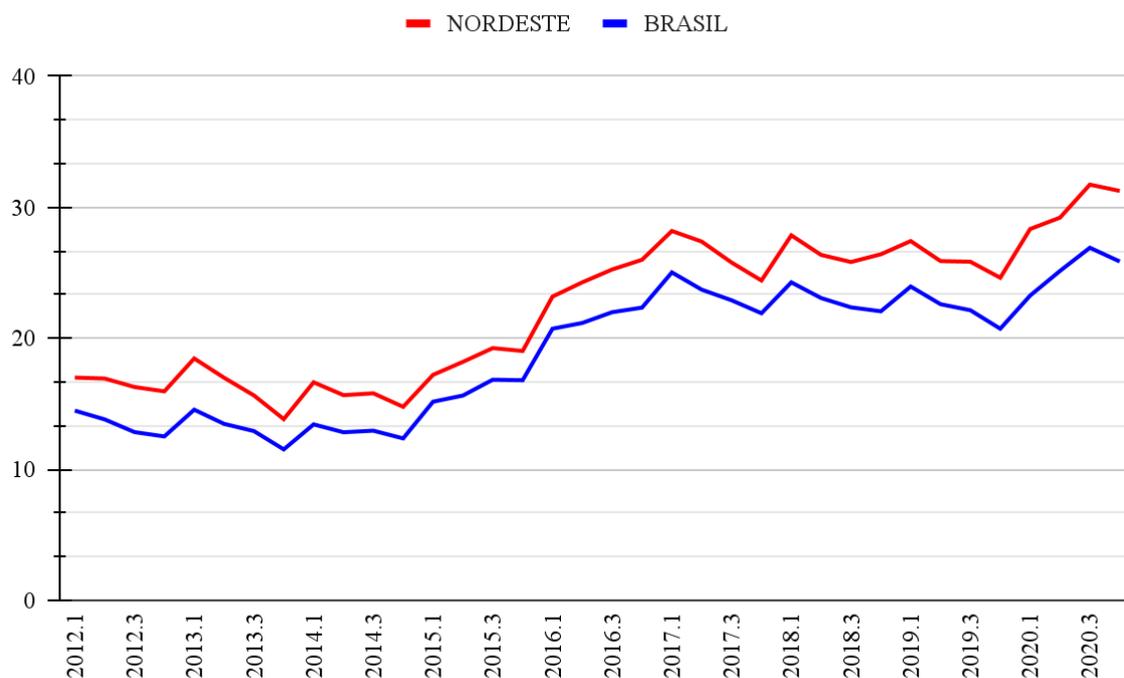
Para Corseuil *et al.* (2020), citando Cruces, Ham e Viollaz (2012), um ponto para que os jovens auferirem rendimentos baixos se dá também pela informalidade dos trabalhos, principalmente se o jovem começar sua vida laboral por essa via precária podendo afetar toda sua trajetória profissional.

4.4 DESEMPREGO JOVEM NO NORDESTE

Os jovens nordestinos enfrentam as mesmas dificuldades do desemprego que a totalidade dos brasileiros, para tanto os dados do mercado de trabalho na região nordeste do Brasil mostram um grupo ainda mais afetado que a taxa nacional. O gráfico 9 demonstra que o nível de desocupação da juventude de 14 a 29 anos na região sempre foi mais alto que a do país ao longo da série histórica.

³ Empregado com ensino superior ganha o dobro de quem cursa o técnico
Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/07/empregado-com-ensino-superior-ganha-o-dobro-de-quem-cursa-o-tecnico.ghtml>> Acesso em: 20 ago, 2021.

Gráfico 10 - Nordeste e Brasil - Desemprego total dos jovens de 14 a 29 anos (2012-2020) Trimestral. Em (%).



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria

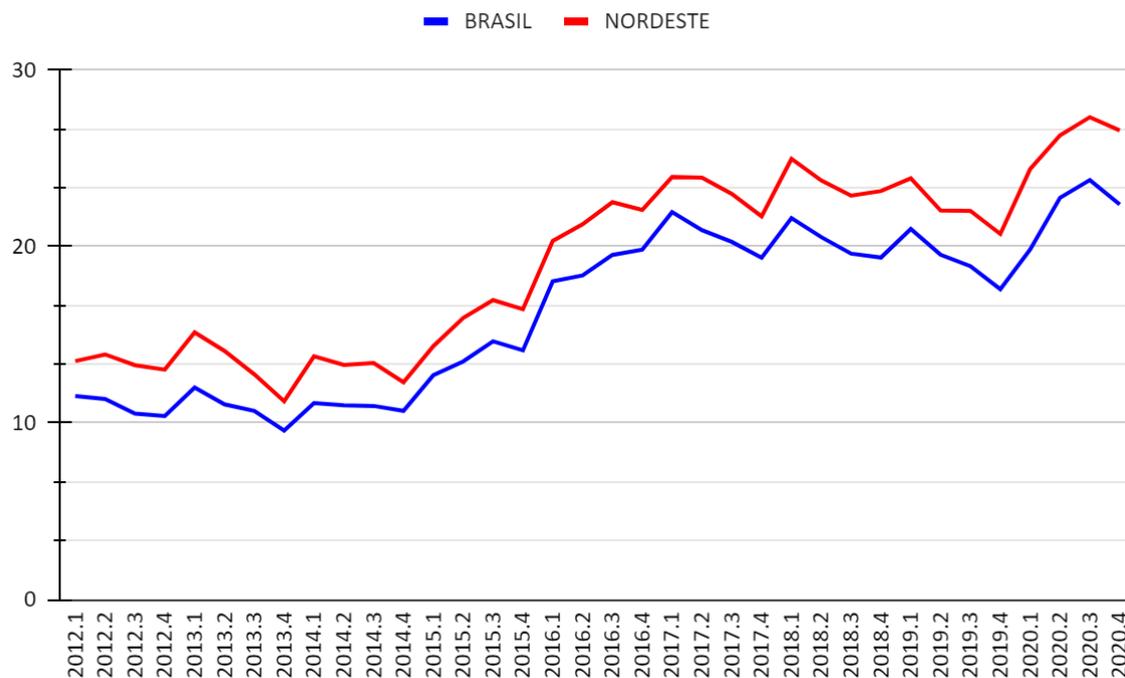
No gráfico 10, os jovens nordestinos da faixa etária de 14 a 29 anos sofreram com a alta do desemprego, principalmente após o início de 2015, em que ao longo de 2 anos viu a aceleração do desemprego de quase 11% alcançar os 28,19% no primeiro trimestre de 2017.

De certa forma, a diferença em pontos percentuais entre a taxa de desemprego dos jovens brasileiros e nordestinos rondou os 3 pontos, mas, ao longo de 2020, essa diferença foi de mais de 4 pontos, sendo que no último trimestre desse mesmo ano alcançou os 5,39 pontos de diferença entre as duas taxas de desocupação.

4.4.1 DESEMPREGO JOVEM NO NORDESTE POR GÊNERO

Em comparação ao desemprego dos jovens do sexo masculino, os nordestinos são mais sensíveis no mercado de trabalho em comparação ao mesmo grupo brasileiro. O gráfico 11 demonstra uma diferença média de 2,5 pontos percentuais neste período.

Gráfico 11 - Nordeste e Brasil - Desemprego total dos jovens homens de 14 a 29 anos (2012-2020) Trimestral. Em (%).



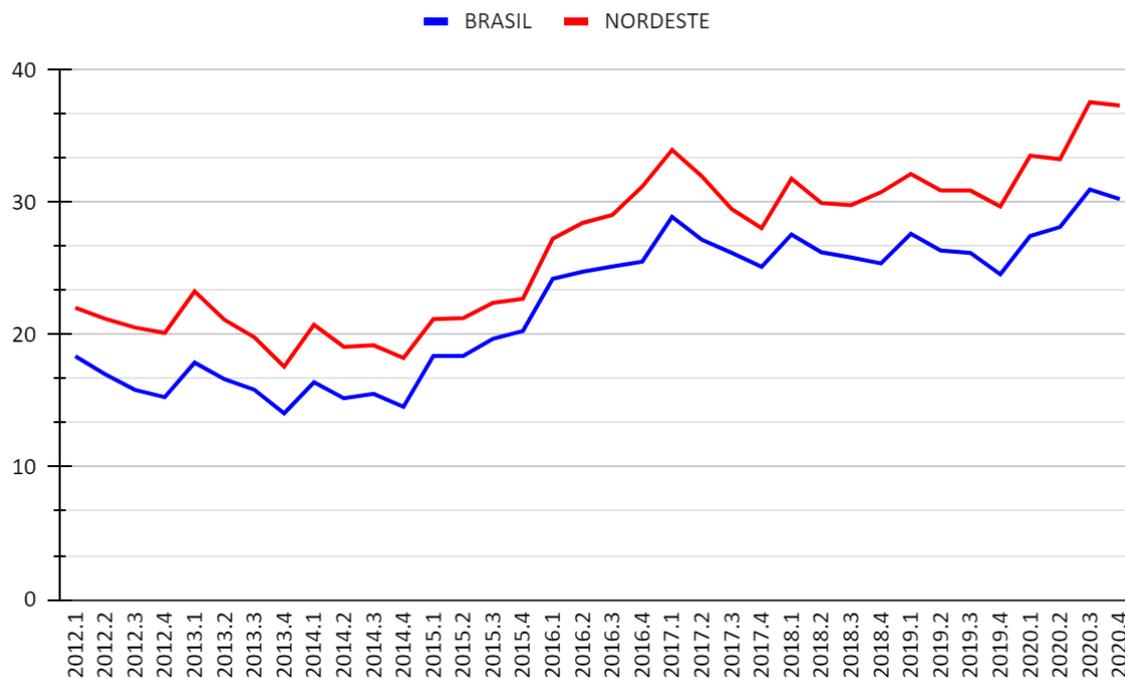
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria

Os homens jovens nordestinos vêm sua taxa de desemprego elevar 9 pontos percentuais em dois anos, de 2015.1 até 2017.1, ao alcançar o nível de desocupação de 23,95%, um ano depois chega aos 24,98%, uma elevação de 11,47 pontos percentuais desde o início da série histórica. A taxa média de desocupação em todo o período para esse grupo ficou em torno dos 20,99 %, enquanto a brasileira foi de 18,2%.

Já as jovens nordestinas registaram uma variação maior do que as dos homens e uma diferença média o dobro das dos homens na comparação Brasil e Nordeste. O gráfico 12 caracteriza as taxas ao longo dos trimestres do nível de desemprego juvenil das mulheres no Nordeste e no Brasil.

Gráfico 12 - Nordeste e Brasil - Desemprego total das jovens mulheres de 14 a 29 anos no (2012-2020) Trimestral. Em (%).



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria

As jovens nordestinas viram um crescimento de seu desemprego na ordem de 12,79 pontos percentuais entre 2015.1 e 2017.1, enquanto as jovens do Brasil mostraram um resultado de 10,52 pontos no mesmo período. Assim, as jovens nordestinas encontram-se com as taxas mais elevadas de todos os grupos, sendo que a faixa etária de 14 a 29 anos do Nordeste chegou a atingir um recorde de 37,59 % de nível de desemprego no terceiro trimestre de 2020, uma diferença de 6,60 pontos percentuais com o mesmo grupo do país como um todo.

4.4.2 DESEMPREGO JOVEM NO NORDESTE POR COR/ETNIA/RAÇA

No Nordeste o desemprego por cor, raça ou etnia dos jovens de 14 a 29 anos não é tão desigual em comparação à média nacional de cada grupo racial. Então as desigualdades vistas anteriormente no panorama nacional voltam a repetir no cenário regional. A média da taxa de desocupação dos jovens no nordeste nos trimestres de 2012.1 até 2020.4 para esse grupo é de 21,74% para os brancos nordestinos, enquanto a nacional é de 21,80%. Os jovens pretos do Nordeste contam com uma

média de 27,45%, e os brasileiros em 27,58%. Os auto declarados amarelos tanto da região Nordeste quanto no país como um todo encontram a mesma taxa média de 23,30%, enquanto os pardos apresentam 24,80% e 24,88%, respectivamente. Os indígenas também chegam a 25,12% no Nordeste e 25,64% no país.

A tabela 5 mostra com mais clareza a evolução do desemprego desses grupos de jovens nordestinos ao longo da série histórica, visto que os brancos têm o menor nível de desocupação em relação aos dos outros grupos. Ao longo de 6 anos, entre 2012 e 2017, os jovens brancos nordestinos viram crescer em 9,50 pontos percentuais o desemprego, enquanto o grupo dos pretos uma elevação de 11,32 pontos percentuais.

Tabela 5 - Nordeste - Desemprego total dos jovens de 14 a 29 anos por raça/cor ou etnia (2012-2020) Trimestral. Em (%).

TRIMESTRE	BRANCO	PRETO
2012.1	15,93	19,98
2013.1	16,75	21,62
2014.1	16,54	20,5
2015.1	15,93	20,31
2016.1	20,53	27,32
2017.1	25,4	31,3
2018.1	25,42	30,57
2019.1	24,62	30,88
2020.1	25,49	31,77
2020.2	26,03	35,93
2020.3	29,26	40,2
2020.4	30,02	34,76

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria.

Os recordes históricos dos grupos são encontrados ao longo do ano de 2020, tendo os pretos atingido um desemprego de 40,2% em 2020.3, enquanto os brancos nordestinos uma taxa de 29,26% no mesmo trimestre, uma diferença de quase 11 pontos.

4.4.3 DESEMPREGO JOVEM NO NORDESTE POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO

A taxa de desemprego dos jovens por nível de instrução no Nordeste tem média parecida com a do Brasil. Os jovens nordestinos sem instrução ou com até 1 ano de estudo tiveram média de 15,96%, enquanto os brasileiros 15,85% ao longo de

2012 até 2020. Com ensino fundamental completo ou incompleto, os nordestinos com taxa média de desocupação de 15,96% e os jovens brasileiros com 15,86%. O desemprego é menor para os com ensino médio completo ou incompleto e superior completo ou incompleto em ambas as regiões analisadas, no Nordeste, 14,49%, no Brasil 14,49%. Os jovens de superior com 7,61% no Nordeste e 7,56% no Brasil. A tabela 6 resume esses dados e mostra a evolução do desemprego nesses grupos.

Tabela 6 - Nordeste - Desemprego total dos jovens de 14 a 29 anos por nível de ensino (2012-2020) Trimestral. Em (%).

TRIMESTRE	SEM INSTRUÇÃO E OU MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	SUPERIOR
2012.1	10,67	13,63	14,82	8,24
2013.1	15,18	13,76	15,33	8,62
2014.1	11,63	12,61	13,6	7,97
2015.1	11,93	13,74	14,69	8,94
2016.1	20,03	18,79	19,57	12,07
2017.1	22,29	24	23,48	14,67
2018.1	22,04	23,78	22,72	14,05
2019.1	19,07	22,64	22,39	13,28
2020.1	15,02	23,71	21,69	12,99
2020.2	2,91	26,31	22,22	13,15
2020.3	26,08	27,27	24,52	15,77
2020.4	23	26,36	23,35	15,21

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria.

Os jovens nordestinos sem ensino ou com até 1 ano de ensino tiveram um aumento de 11 pontos percentuais entre 2012.1 e 2017.1, batendo um recorde de desocupação ao longo do ano de 2020 ao alcançar 26,08% em 2020.3. Esse recorde foi menor que o recorde dos jovens com ensino fundamental completo ou incompleto tendo marcado 27,27% no mesmo trimestre, um aumento de 14,2 pontos percentuais em comparação com o mesmo trimestre de 2012, como visto na tabela 6.

Os jovens nordestinos com ensino médio completo ou incompleto têm um nível parecido com o do grupo anterior, tendo recorde de 24,52% em 2020.3. Os nordestinos com ensino superior completo ou incompleto tendo uma taxa mais baixa

em comparação aos outros grupos na região, em 2012.1 com uma taxa de 8,24% subindo até 14,67%, um crescimento de 6,43 pontos percentuais em um prazo de 6 anos.

4.5 RENDIMENTOS DOS JOVENS NO NORDESTE

Os rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 24 anos no Nordeste tem uma média de R\$ 1.098,64 de 2012 até 2020, 29% a menos do que a média do mesmo grupo de jovens no Brasil. A tabela 7 demonstra a evolução dos rendimentos reais de todos os trabalhos dos jovens no Nordeste e no Brasil.

Tabela 7 - Nordeste e Brasil - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos (2012-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.

TRIMESTRE	BRASIL	NORDESTE
2012.1	1.534,25	1.090,50
2013.1	1.572,68	1.111,45
2014.1	1.633,23	1.171,03
2015.1	1.606,06	1.168,68
2016.1	1.524,96	1.093,21
2017.1	1.547,67	1.112,08
2018.1	1.517,02	1.096,00
2019.1	1.507,37	1.064,69
2020.1	1.536,65	1.103,43
2020.2	1.585,33	1.163,22
2020.3	1.566,64	1.136,64
2020.4	1.487,18	1.065,14

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria.

Em 2015.1, o rendimento dos jovens nordestinos chegou a ter um rendimento real de todos os trabalhos em torno dos R\$ 1.168,68, no primeiro trimestre de 2020 esses jovens tiveram uma redução real de 5,58% ao bater os R\$ 1.103,43.

4.5.1 RENDIMENTOS DOS JOVENS NO NORDESTE POR GÊNERO

Na divisão por sexo dos jovens nordestinos, as mulheres auferem rendimentos menores que os jovens homens no Nordeste, a média para o período da série histórica é de 1.042,90 de rendimento em todos os trabalhos, enquanto isso os jovens

do nordeste auferem o total de R\$ 1.141,14, as mulheres recebem 8% a menos que os jovens do sexo masculino na região. Em relação ao Brasil, os homens nordestinos recebem 28% menos que os jovens do país como todo, R\$ 1.442,95 e R\$ 1.604,67, respectivamente. As jovens nordestinas com 27% a mais em relação a média das jovens brasileiras que é de R\$ 1.141,14, enquanto o rendimento médio de todos os trabalhos da jovem nordestina é de R\$ 1.042,90.

Tabela 8 - Nordeste e Brasil - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos por sexo (2012-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.

TRIMESTRE	HOMENS		MULHERES	
	BRASIL	NORDESTE	BRASIL	NORDESTE
2012.1	1.621,16	1.142,58	1.410,13	1.007,62
2013.1	1.659,99	1.155,10	1.449,81	1.042,60
2014.1	1.740,60	1.245,98	1.486,39	1.055,42
2015.1	1.701,07	1.240,67	1.472,63	1.058,95
2016.1	1.594,07	1.116,36	1.428,01	1.057,09
2017.1	1.612,17	1.139,69	1.457,72	1.068,52
2018.1	1.575,27	1.122,08	1.437,82	1.056,56
2019.1	1.561,81	1.093,45	1.433,29	1.021,44
2020.1	1.581,54	1.111,78	1.475,71	1.090,99

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria.

A tabela 8 mostra a evolução dos rendimentos dos jovens nas duas regiões ao longo dos primeiros trimestres de cada ano da série analisada, assim, visto que, desde 2014.1 até 2020.1, os jovens nordestinos apresentaram uma queda de 10,77% em seus rendimentos, sendo que jovens brasileiros uma redução menor de 9,14%, já com as jovens brasileiras tendo uma queda de menos de 1%, as jovens nordestinas um crescimento de 3,27% em seus rendimentos nesse período.

4.5.2 RENDIMENTOS DOS JOVENS NO NORDESTE POR COR/ETNIA/RAÇA

Em relação à questão racial, os jovens brancos nordestinos receberam 26,13% a menos que os mesmos jovens do Brasil como um todo, quando analisada a média de todos os rendimentos dos trimestres de 2012 até 2020. Enquanto para os jovens pretos essa diferença cai para 23,15% ao totalizar os R\$ 1.018,82. Comparando os

jovens pretos do nordeste com a média dos jovens brancos brasileiros, que é de 1.835,16, os jovens nordestinos pretos recebem 44% menos.

Tabela 9 - Nordeste e Brasil - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos por cor (2012-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.

TRIMESTRE	BRASIL		NORDESTE	
	BRANCO	BRANCO	PRETO	PRETO
2012.1	1.826,58	1.383,54	1.281,37	1.052,85
2013.1	1.887,77	1.389,51	1.338,65	1.034,54
2014.1	1.936,22	1.442,34	1.381,21	1.085,36
2015.1	1.915,50	1.416,92	1.337,06	1.069,58
2016.1	1.823,77	1.383,54	1.257,75	991,79
2017.1	1.840,56	1.368,44	1.325,11	1.004,99
2018.1	1.791,65	1.359,66	1.333,46	1.008,00
2019.1	1.794,37	1.232,69	1.340,90	1.026,83
2020.1	1.829,75	1.341,77	1.342,29	1.027,73

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria.

A tabela 9 mostra essa diferença dos rendimentos de todos os trabalhos ao longo dos 8 anos da série, chama atenção que ao longo de 5 anos, de 2014.1 até 2019.1, os jovens nordestinos brancos apresentaram uma redução de 14,54% em seus rendimentos, enquanto os brancos brasileiros, a metade disso com os 7,33%. Os jovens pretos tanto nordestinos apresentaram reduções em seus rendimentos, mas em menor proporção que o mesmo grupo nacional, ao longo desses 5 anos, redução de 5,34% dos pretos nordestinos e 2,92% dos pretos brasileiros.

4.5.3 RENDIMENTOS DOS JOVENS NO NORDESTE POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO

No Nordeste, o grau de instrução educacional é um nítido diferenciador dos rendimentos dos jovens, a média do período de todos os rendimentos dos jovens nordestinos sem formação ou até um ano de ensino é de R\$ 700,36. O mesmo grupo no Brasil apresenta um rendimento 47,06% maior. Já os jovens com ensino fundamental completo ou incompleto registrou média de R\$ 1.014,55, 44,86% a mais que os jovens sem formação no Nordeste. Os jovens nordestinos com ensino médio

completo ou incompleto tem um incremento de 34,36%, em relação ao grupo anterior, registrando uma média de R\$ 1.363,19 de todos os seus rendimentos.

A educação superior dos jovens nordestinos é uma diferença marcante em relação aos dos outros jovens, ao auferirem um rendimento médio de R\$ 3.136,45 no período, o mesmo grupo no Brasil consegue auferir renda de 58,67% a mais com uma média de R\$ 4.976,58. Mesmo assim, os jovens da região Nordeste com faculdade completa ou incompleta ganham 347,84% a mais que o mesmo grupo dos sem formação na mesma região, 209,15% em relação aos de ensino fundamental e 130,08% em relação aos com ensino médio.

Tabela 10 - Nordeste - Rendimentos de todos os trabalhos de jovens de 14 a 29 anos por nível de instrução (2012-2020) Trimestral. Em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2020.

TRIMESTRE	SEM INSTRUÇÃO E OU MENOS DE 1 ANO DE ESTUDO	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	SUPERIOR
2012.1	611,89	1.014,67	1.415,89	3.211,82
2013.1	643,61	1.033,98	1.426,00	3.232,44
2014.1	652,29	1.121,75	1.505,40	3.298,81
2015.1	798,73	1.080,31	1.472,60	3.227,25
2016.1	598,56	1.011,50	1.352,33	3.124,72
2017.1	699,06	1.030,76	1.367,02	3.183,40
2018.1	587,95	1.002,43	1.357,95	3.115,18
2019.1	701,65	988,46	1.332,78	3.074,48
2020.1	586,13	997,74	1.330,32	3.021,09

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração própria.

Ao longo dos 5 anos na tabela 10, entre 2014.1 e 2019.1, os jovens nordestinos de ensino fundamental e ensino médio completo ou incompleto tiveram redução de 11% em seus rendimentos, enquanto os Brasileiros viram seus rendimentos caírem em torno de 5,53% e 8,71%, respectivamente, olhando para o grupo dos com ensino superior completo ou incompleto uma redução de 6,80%, menor que o grupo do Brasil como um todo de 7,99%. Nesta comparação de 5 anos, resta visualizar os jovens sem formação que tiveram seus rendimentos de todos os trabalhos elevados para 7,57% no Nordeste.

Além das desigualdades de gênero, racial e educacional tratadas no impacto do desemprego jovem no Brasil é visível ver o aprofundamento dessas mesmas desigualdades aplicadas agora em nível regional. Mesmo que os jovens nordestinos, em geral, sofram com o desemprego elevado, fica visto que as jovens mulheres nordestinas têm enfrentado as maiores taxas de desemprego em comparação aos outros grupos de jovens no Nordeste e no Brasil ao superar taxas de 40%.

O quadro do desemprego juvenil no Nordeste mostra-se mais preocupante e em níveis maiores em todos os grupos analisados, ao olhar para os rendimentos dos jovens, o grupo das jovens nordestinas e de jovens sem ou com pouca formação educacional foram os únicos que apresentaram elevação nos rendimentos reais em relação ao mesmo grupo nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização e a forte competitividade entre países, atravessando um momento de fortes avanços tecnológicos, têm impactado o mercado de trabalho com um todo, mas o mercado de trabalho juvenil vem enfrentando ainda mais devido suas características de inserção no mercado de trabalho para este grupo, sendo assim, os jovens vêm enfrentando cada vez o desemprego no mundo e o Brasil segue essa tendência.

Por outro lado, a flexibilidade na legislação trabalhista vem aumentando a precarização do trabalho, levando os jovens à inserção no mercado de trabalho pela porta da informalidade ou trabalho por conta própria, fora do modelo de inserção profissional *school to work* e a teoria francesa, ao ser tratada no Programa Nacional do Primeiro Emprego, Lei da Aprendizagem e Lei do Estágio.

Como apontou Fawcett (2002) países com escolaridades maiores apresentam duração maior na transição de escola para o trabalho dos seus jovens e que levou empregos mais qualificados e produtivos, que vai em linha o que apontou Naercio Menezes Filho ao olhar para os dados do Brasil, em que os trabalhadores com ensino superior ganham, em média, o dobro dos que com ensino técnico e 150% a mais em relação ao ensino médio. Em situações de crise econômica, os com ensino superior têm mais estabilidade em seus rendimentos e em continuar no mercado de trabalho. Deste ponto de vista, a ampliação da qualificação educacional de jovens se mostra importante para a inserção no mercado de trabalho em postos de mais qualificados e com maior produtividade.

A sensibilidade dos jovens no mercado de trabalho aos ciclos econômicos enfrentados pelo país é bem relevante ao visualizar a forte elevação de desemprego nas duas crises econômicas recentes no país, a do biênio 2015 e 2016 e a da pandemia da COVID-19. Um fato relevante e explicativo se dá pela informalidade alta no grupo de jovens, como pontuou Corseuil *et al.* (2020), revelando que o crescimento da informalidade e o aumento do trabalho por conta própria eleva ainda mais a precarização e instabilidade dos jovens no mercado de trabalho, potencializada com a nova economia por aplicativos. E como observou Tokman (1997), citado por Kliksberg (2006), mesmo com crescimento econômico, as taxas de desemprego dos jovens abaixam, em uma velocidade menor do que da população

total, e quando a economia sofre retração, os jovens apresentam uma sensibilidade maior e em velocidade também maior que o resto dos trabalhadores.

A tendência do desemprego mundial dos jovens é de crescimento, mas ao olhar para os dados dos Estados Unidos e da Europa em comparação ao do Brasil, é visto a correlação de crescimento do desemprego juvenil e recessão econômica de 2008 nesses países, enquanto no Brasil o grupo analisado teve um crescimento menor do desemprego. Com a crise econômica brasileira em 2015, o desemprego juvenil sobe fortemente no país, enquanto os jovens europeus e estadunidenses veem uma queda do desemprego em razão da recuperação econômica.

Ao ver a taxa de desemprego juvenil estimada pela OIT para o mundo, é visto uma tendência de aumento do desemprego dos jovens globalmente e na América Latina, repetindo o que foi visto nos dados para os jovens brasileiros e nordestinos. Dornelles (2016) apontou que a inserção dos jovens no mercado de trabalho nos países latinos se dá quase pela metade em trabalhos de baixa produtividade e que encontra dois tipos de empregos para os jovens, o formal de alta qualificação e o emprego informal precarizado, sendo que estes dois tipos de empregos podem concorrer entre si em crises econômicas e foi isso exatamente o visto no Brasil com o aumento da participação do emprego informal e por conta própria pelos jovens no período analisado.

Como as escolas de ensino médio são de responsabilidade dos governos estaduais do Brasil, é de se propor políticas públicas de inserção no mercado de trabalho aos modos do caso alemão e de bons resultados na taxa de desemprego juvenil como visto por Sá (2014). O modelo alemão é o modelo dual, onde parte da formação do jovem se dá por ambiente acadêmico e parte nas empresas, sendo assim são escolas com currículos atualizados e demandados pelas empresas que atuam na formação dos jovens conjuntamente com a formação acadêmica.

Os governos estaduais vêm atuando com a criação de Escolas Profissionalizantes como política de inserção profissional da juventude, por exemplo o Ceará conta com uma rede de 123 escolas ofertando ensino acadêmico e profissional com estágio obrigatório para esses jovens, uma abordagem parecida com o modelo alemão.⁴ Essas políticas precisam de estudos e análises para o real impacto

⁴ Governo do Ceará entrega nova sede para Escola de Educação Profissional de Horizonte Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2021/08/18/governo-do-ceara-entrega-nova-sede-para-escola-de-educacao-profissional-de-horizonte/>> Acesso em: 20 ago, 2021.

na inserção e na qualidade do trabalho dos jovens, principalmente visto a mudança global enfrentada pelo avanço tecnológico podendo transformar o mercado de trabalho, inclusive as habilidades necessárias desse profissional, entre técnicas e intelectual.

Vale ressaltar também de como se dará o comportamento da inserção e o desemprego dos jovens no mercado de trabalho visto uma nova reforma trabalhista que foi aprovada na Câmara dos Deputados e passa agora para análise do Senado Federal, nesta reforma trabalhista enviada como Medida Provisória 1.045/2021, trata de novas normas de contratação sem carteira assinada e outros direitos trabalhistas.⁵. Dentre a reforma, foi incluído o Priore - Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego, para jovens entre 18 e 29 anos em busca do primeiro emprego e maiores de 55 anos sem emprego formal (carteira assinada) há mais de 12 meses.⁶ O programa tem duração de 36 meses com remuneração máxima de até 2 salários mínimos, em que a empresa possa descontar até 15% dos repasses ao Sistema S na contratação de trabalhadores, além disso, o trabalhador contratado por meio do Priore, o empregador deverá oferecer cursos de formação inicial e continuada.

Outro programa voltado para os jovens é o Requip - regime especial de trabalho, qualificação e inclusão produtiva, voltados para pessoas entre 18 e 29 anos, ou desempregadas há mais de dois anos, ou beneficiários de programas federais de transferência de renda.⁷ A jornada de trabalho dos participantes seria de até 22 horas semanais e o pagamento alcançaria R\$ 550 - valor dividido entre governo e empregador. Não haveria vínculo empregatício e nem INSS ou FGTS. Entidades como Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância e CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola, tratam essa reforma trabalhista como a aprovação do Requip como uma substituição do da Lei da Aprendizagem, ao permitir contratação

⁵ Câmara conclui aprovação de nova reforma trabalhista; texto vai ao Senado.

Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/12/reforma-trabalhista-camara-clt.htm>> Acesso em: 20 ago, 2021.

⁶ Medida provisória cria novo programa para primeiro emprego

Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/793527-medida-provisoria-cria-novo-programa-para-primeiro-emprego>> Acesso em: 20 ago, 2021.

⁷ MP cria programa de requalificação de trabalhadores

Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/793523-mp-cria-programa-de-requalificacao-de-trabalhadores>> Acesso em: 20 ago, 2021.

sem vínculo empregatício e sem nenhum direito trabalhista para jovens trabalhadores enquadrados da Lei de Aprendizagem.⁸

Como apontou Standing (2013), o núcleo duro do precariado se encontra justamente nos jovens, visto que os jovens entram no mercado de trabalho em empregos precários, mas que logo encontravam trabalhos formais, sendo assim, uma redução dos direitos trabalhistas promove a manutenção da precarização do trabalho para os jovens

Visto as novas mudanças proposta de reforma trabalhista abrange ainda mais a flexibilização e novas formas de contratação sem direitos trabalhistas e sem vínculo empregatício, sendo assim, comprovando a tendência de um aumento da flexibilização, precarização e perda de direitos trabalhistas no mercado de trabalho juvenil.

⁸ Unicef e entidades de formação criticam propostas de programas de qualificação de jovens Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/08/03/entidades-de-formacao-de-jovens-criticam-minirreforma-trabalhista-e-preparam-reacao.ghtml>> Acesso em: 20 ago, 2021.

6. REFERÊNCIAS

- ALVES, N. **Inserção profissional dos jovens: do problema social ao objecto sociológico**. Lisboa: Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3162/30/ulsd054512_7_Cap_2.pdf>. Acesso em: maio. 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **A crise, o desemprego e alguns desafios atuais**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2010, n. 104 pp. 632-636. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000400003>>. Acesso em: maio. 2021.
- BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema gerenciador de séries temporais**. Brasília: Banco Central do Brasil [citado em 30 mai. 2018]. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 20 ago 2021.
- BECKER, G. S. **Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. New York: Columbia University Press, 1964.
- BORJAS, G. **Economia do Trabalho**. 5ª Ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2012.
- BRASIL. Presidência Da República. Secretaria Nacional De Juventude. **1ª Conferência Nacional de Juventude : caderno de resoluções**. Brasília: ., 2008. 27 p
- BRASIL. Presidência Da República. Secretaria Nacional De Juventude. **2ª Conferência Nacional de Juventude : moções**. Brasília: ., 2011. 47 p
- BRASIL. Presidência Da República. Secretaria Nacional De Juventude. **2ª Conferência Nacional de Juventude : propostas finais aprovadas**. Brasília: ., 2011. 9 p
- BRASIL. Presidência Da República. Secretaria Nacional De Juventude. **3ª Conferência Nacional de Juventude : resolução final**. Brasília: ., 2016. 24 p
- BRASIL. Secretaria de Governo. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Nacional de Juventude: proposta de atualização da minuta do Projeto de Lei nº 4.530/2004 / Secretaria Nacional de Juventude; Joel de Menezes Borges (consultor)**. - Brasília: SNJ, 2018. 200 p
- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Organizado por Helena Abramo. Brasília: SNJ, 2014.
- CAMARANO, Ana Amélia, et al. **Os jovens brasileiros no mercado de trabalho**. Mercado de trabalho. São Paulo: IPEA, 2002
- CHADAREVIAN, Pedro C. **Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho**. Brazilian Journal of Political Economy [online]. 2011, v. 31, n. 2, pp. 283-304. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000200007>>. Acesso em: 20 ago 2021.
- CORSEUIL, Carlos Henrique Leite et al. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. Brasília, 2020. 44 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10107>. Acesso em: 01 jun. 2021.

DORNELLES, Aline Espindola, Panozzo, Vanessa Maria e Reis, Carlos Nelson dos. **Juventude latino-americana e mercado de trabalho: programas de capacitação e inserção.** Revista Katálysis [online]. 2016, v. 19, n. 01, pp. 81-90. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100009>>. Acessado 01 Junho 2021

FAWCETT, Caroline S. **Latin American Youth in Transition: A Policy Paper on Youth Unemployment in Latin America and the Caribbean** Inter-American Development Bank.2002 <https://publications.iadb.org/pt/publication/latin-american-youth-transition-policy-paper-youth-unemployment-latin-america-and> Acesso em: 01 jun. 2021.

FERNANDES, Davi Mancebo. Política pública de juventude: conceito e evolução histórica. **Revista Juventude e Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, Edição Especial, p. 1-12, fev. 2020. DOI 10.22477/rjpp.v1iEE.122

FLORI, Priscilla Matias. **Desemprego de jovens: estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro.** 2003. 93 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia e Administração, USP, São Paulo. 2003.

KLIKSBURG, Bernardo **O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações.** Revista de Administração Pública [online]. 2006, v. 40, n. 5, pp. 909-942. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000500008>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

LEÃO, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva. **PIB do Nordeste cresce acima da média Nacional.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano II, n.117, 02 dez.2019. (Diário Econômico ETENE,n.117)

MADEIRA, Zelma e Gomes, Daiane Daine de Oliveira. **Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo.** Serviço Social & Sociedade [online]. 2018, n. 133, pp. 463-479. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 111, p. 450-467, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MESQUITA, Marcos Roberto. **O desemprego dos jovens e as políticas públicas no Brasil pós 1990.** 2006. 259 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. 2006.

MINCER, Jacob. **Investment in human capital and personal income distribution.** *Journal of Political Economy*, v. LXVI, n. 4, p. 281-302, 1958.

MORAES, Jhony Pereira. **Diálogos entre as teorias de inserção profissional: pensando a School-To-Work para o jovem brasileiro** In: I Simpósio Juventudes Contemporâneas, I. 2018 Porto Alegre/RS. Anais [...]. Editora PUCRS. Disponível em: <<https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre//anais/simposio-juventudes-contemporaneas/assets/edicoes/2018/arquivos/30.pdf> > Acesso em: maio. 2021.

MORAES, Jhony Pereira; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. **JUVENTUDE, FORMAÇÃO E TRABALHO**: aproximando as teorias de inserção profissional e school-to-work. *Educação & Sociedade*, [S.L.], v. 42, n. 1, p. 0-0, 12 abr. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/es.223807>>. Acesso em: maio. 2021.

NERI, Marcelo. **Jovem vê renda cair mais que a média e teme ‘efeito cicatriz’**. [Entrevista concedida a] Lucianne Carneiro. *Valor Econômico*, São Paulo, 25 fev. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/02/25/jovem-ve-renda-cair-mais-que-a-media-e-teme-efeito-cicatriz.ghtml>. Acesso em: 21 ago. 2021.

NOVAES, Regina Célia Reyes; CARA, Daniel Tojeira; SILVA, Danilo Moreira da & PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Política Nacional de Juventude**: Diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006. 140 p.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Desemprego juvenil no Brasil**: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. 2. ed. - Brasília : OIT, 2001.

POCHMANN, M **A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Publisher, 2007

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. **Inserção Profissional**: perspectivas teóricas e agenda de pesquisa. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 124, 31 mar. 2012. Departamento de Empreendedorismo e Gestão da UFF. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v6i1.124>. Acesso em: maio. 2021.

SÁ, Vânia Catarina Neves de. **O Desemprego Jovem em Portugal**. 2014. 54 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Economia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/25429/1/O%20Desemprego%20Jovem%20em%20Portugal.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964

SIQUEIRA, D. P.; Samparo, A. J. F. **OS DIREITOS DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO**: Da Discriminação De Gênero À Luta Pela Igualdade. *Revista Direito em Debate*, [S. l.], v. 26, n. 48, p. 287–325, 2017. DOI: 10.21527/2176-6622.2017.48.287-325. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/7233>. Acesso em: 12 ago. 2021.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

TOKMAN, Victor. **Desemprego juvenil no Cone Sul**: causas, consequências políticas. In *Desemprego Juvenil no Cone Sul: uma análise de década*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2003.